



Secretaria de Estado de Fazenda

Boletim de

Transparência Fiscal

1º quadrimestre | 2017





SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA

Gustavo de Oliveira Barbosa

SUBSECRETÁRIO-GERAL

Luis Cláudio Fernandes Lourenço Gomes

SUBSECRETÁRIA DE FINANÇAS

Lígia Helena da Cruz Ourives

SUBSECRETÁRIA DE POLÍTICA FISCAL

Josélia Castro de Albuquerque

SUBSECRETÁRIO DE RECEITA

Adilson Zegur

SUPERINTENDENTE DO TESOURO ESTADUAL

Cláudia Torres Santoro

**SUPERINTENDENTE DE PROGRAMAÇÃO
FINANCEIRA**

Daniela de Melo Faria

**SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES
FEDERATIVAS E TRANSPARÊNCIA FISCAL**

Raphael Philipe Moura

**SUPERINTENDENTE DE CONTROLE E
ACOMPANHAMENTO DA DÍVIDA**

Diana Cabral Siqueira

SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS

Elvécio Vital da Silva

SUPERINTENDENTE DO TESOURO ESTADUAL

Cláudia Torres Santoro

**SUPERINTENDENTE DE CAPTAÇÃO DE
RECURSOS**

Giovana dos Santos Itaborai

EQUIPE BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL

Alessandro Lima da Rocha

Alexandre Emilio Zaluar

Ana Cecília de Souza

Ana Paula Quedinho

Creusa Mattoso de Almeida

Eduardo de Andrade

Hamilton Correa Zambito Horacio

Henrique Reis Pompeu de Moraes

Joana Pimentel Meneses de Farias

Leandro Diniz Moraes Pestana

Leila Klein

Liliane Figueiredo da Silva

Luciana Vicky Mazloun

Luísa Regina Mazer

Marcos Buarque Montenegro

Maria Gisele Bastos Soares

Maria Helena Pitombeira

Neusa Lourenço Silva

Pedro Bastos Carneiro da Cunha

Robledo da Cunha Pereira

Sérgio da Costa Peixoto



O **BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL** é uma publicação iniciada em 2008 pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, trabalho conjunto da Subsecretaria de Finanças, Subsecretaria Geral e Subsecretaria de Política Fiscal, esta última também responsável pela edição do documento. Ele é chamado de TRANSPARÊNCIA fiscal porque vai além do registro de cifras macroeconômicas ou associadas a metas de equilíbrio fiscal, que são essenciais para a avaliação da solvência do Estado. O boletim procura também dar uma ampla visão do uso dos recursos públicos pelas diversas funções do gasto. Este é um elemento chave para posteriores análises da efetividade e eficiência no uso das receitas de impostos e de outros recursos públicos, com vistas a avaliar se este uso atende aos objetivos do governo e da sociedade, respondendo corretamente às demandas sociais e atuando como elemento indutor do desenvolvimento econômico.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:

Tel: (21) 2334-4929

Home Page: <http://www.fazenda.rj.gov.br>

Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, n.º 670

Rio de Janeiro, RJ, CEP 20071-001

SUMÁRIO

I. Economic Outlook.....	12
I.I Brazil and Rio de Janeiro.....	12
I. Panorama Econômico.....	14
I.I O Brasil e Rio de Janeiro.....	14
II. Metas Quadrimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro..	16
III. Resultados Fiscais.....	24
III.I Resultado Orçamentário	24
III.II Resultado Primário	25
IV. Receita Estadual	27
IV.I Receitas Correntes.....	28
IV.I.1 Receita Tributária	29
IV.I.2 Receita Patrimonial e Royalties	35
IV.I.3 Demais Receitas Correntes	37
IV.I.3.1 Receita de Transferências.....	39
IV.I.3.2 Transferências da União.....	40
IV.II Receitas de Capital	42
V. Despesas do Estado do Rio de Janeiro	44
V.I Despesa Total.....	44
V.II Créditos Adicionais.....	45
V.III Despesas por Grupo	47



V.IV - Cumprimento das despesas vinculadas aos índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ, FECAM e FEHIS.	51
VI – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA.....	62
VI.1 Requisições Judiciais de Pagamento.....	62
Precatórios.....	62
Total de Requisições Judiciais de Pagamento	63
VI.2 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a Dívida Pública	63
VI.3 Acompanhamento Financeiro de Convênios.....	72
VI.4 Análise de Viabilidade Econômica de PPP's.....	73
Glossário	77

Apresentação

Este é o quinquagésimo segundo número do Boletim de Transparência Fiscal. Elaborado pela Secretaria de Fazenda e Planejamento do Estado do Rio de Janeiro, é o primeiro referente ao exercício de 2017.

Até 2015 a edição deste documento foi bimestral, mas em 2016, a implantação do SIAFE RIO - novo sistema orçamentário, financeiro e contábil - exigiu um período de adequação e conferência dos relatórios, o que foi equacionado já ao fim do primeiro bimestre. Assim, passou-se a editá-lo a cada quatro meses, na mesma periodicidade dos relatórios de Gestão Fiscal da Lei de Responsabilidade Fiscal / 2000. Seu objetivo é fazer chegar aos cidadãos os mecanismos de controle e dar transparência à execução do orçamento estadual - recursos arrecadados, sua origem e aplicação a título de retorno para a sociedade, em linguagem fácil e amigável.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) impõe metas fiscais que devem ser cumpridas sob o risco de sanções aos administradores e ao próprio ente federativo, como a suspensão de transferências voluntárias. No cenário de estabilidade fiscal o Estado deve, por exemplo, alcançar uma meta de superávit primário suficiente para, no mínimo, cumprir as obrigações com pagamento da dívida, e dispor de suficiente folga de caixa de maneira que toda a Administração possa planejar seus gastos com segurança.

No entanto, desde 2015, o ERJ vem enfrentando expressiva frustração de receita, influência de um cenário econômico adverso. Em valores nominais, a Receita de 2017 está praticamente no mesmo patamar que a de 2014, em evidente descompasso com o aumento da despesa.

No que diz respeito à aplicação dos recursos, importa cumprir a lei (e.g., vinculações) e procurar alcançar, entre outros, os objetivos constitucionais de eficiência, economicidade e efetividade. Para essa avaliação, é importante que se conheçam detalhes da aplicação de

É parte do Estado Democrático de Direito a obrigação do administrador público de prestar contas à sociedade, demonstrando a adequabilidade da aplicação dos recursos às demandas econômicas e sociais.

O Boletim procura fornecer, com presteza, detalhes da despesa em cada área, para que haja transparência nos gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade.

*“O Orçamento Nacional deve ser equilibrado. As Dívidas Públicas devem ser reduzidas, a arrogância das autoridades deve ser moderada e controlada. Os pagamentos a governos estrangeiros devem ser reduzidos, se a Nação não quiser ir à falência. As pessoas devem novamente aprender a trabalhar, em vez de viver por conta pública.”
Marcus Tullius Cícero – Roma, 55 A.C.*

recursos por função (e.g., saúde, educação) e o perfil temporal desses gastos, uma das finalidades desta publicação.

Os dados aqui disponibilizados foram extraídos do Sistema Integrado de Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Rio de Janeiro (SIAFE-RIO) no dia 15/05/2017.

A despesa refere-se, em regra, ao conceito de empenho liquidado; já a receita, por sua vez, corresponde ao conceito de realizada (regime de caixa), ambas depuradas das rubricas intraorçamentárias.

O Boletim é dividido em seis seções, além desta apresentação. As quatro seções iniciais fazem uma breve análise dos agregados fiscais, da evolução das diversas rubricas de receita e das metas correspondentes. A quinta seção apresenta a despesa no seu agregado de execução orçamentária e detalhes dos gastos por área, principalmente aquelas que se beneficiam de vinculação de receitas e pisos de gastos, como Saúde, Educação e Meio Ambiente. Por fim, a sexta seção remete aos elementos da política financeira do Estado, aos pagamentos requeridos pelos órgãos, à aplicação dos saldos do Tesouro, à quitação de restos a pagar de administrações anteriores, assim como dos precatórios judiciais. A seção também informa a situação da dívida pública do Estado e traz dados sobre a execução de convênios.

RESUMO EXECUTIVO

O Estado do Rio de Janeiro fechou o 1º quadrimestre de 2017 com arrecadação das Receitas Totais na ordem de R\$ 26.323,14 milhões, 11% acima da meta prevista para o período, que foi definida de acordo com a expectativa de receita do ano, impondo, assim, um expressivo contingenciamento de dotações alocadas para gastos do Poder Executivo.

O desequilíbrio entre a estimativa de receita e a fixação da despesa, evidenciado na Lei de Orçamento Anual, está previsto em R\$ 19 bilhões, resultado da grave crise econômica, fiscal e política enfrentada pelo Rio de Janeiro, afetando enormemente a capacidade de pagamento de suas obrigações.

A análise, por período em relação ao ano anterior, visa acompanhar o desempenho da receita, identificar variações, o reflexo de alteração da legislação, situações pontuais que possam ser ajustadas, além de subsidiar o planejamento da liberação ou não do orçamento ao longo do ano, na busca pelo equilíbrio orçamentário e financeiro.

As Receitas Correntes apresentaram variação acima da meta em 11,1% (+ R\$ 2.544,51 milhões). Foram responsáveis pela extrapolação da meta quadrimestral as Receitas Tributárias em 3,4% (+ R\$ 558,95 milhões), com destaque para o ICMS que concentrou cerca de 65,0% dos tributos; as Receitas Patrimoniais em 43,7% (+ R\$ 670,10 milhões); e as Receitas Intraorçamentárias em 108,3% (+ R\$ 1.426,72 milhões) acima do previsto para o período.

As Receitas de Capital também ficaram acima da meta definida para o período, com acréscimo de 7,0%, por conta da Receita de Amortização de Empréstimos (625,3% acima da meta; +R\$ 113,16 milhões), e de Outras Receitas de Capital (+R\$ 620,12 milhões), recursos de depósitos judiciais tributários.

O Balanço Orçamentário, no 1º quadrimestre, fechou com déficit de R\$ 81,32 milhões, resultado que considera apenas as receitas líquidas, a saber, descontadas as transferências aos municípios e ao FUNDEB. As Receitas Correntes somaram R\$ 16.535,92 milhões enquanto as Despesas Correntes R\$ 16.821,42 milhões, déficit corrente de R\$ 285,50 milhões. As Despesas de Capital totalizaram R\$ 433,36 milhões enquanto as Receitas de Capital, R\$ 863,68 milhões, registrando e superávit de capital de R\$ 430,32 milhões.

A análise dos Resultados Orçamentário e Primário, presentes no item III, considera valores líquidos da Receita, ou seja, desconsiderada a parcela repassada aos Municípios e ao FUNDEB.

O aparente Resultado Primário superavitário em R\$ 683,42 milhões, variação positiva de 125,5% em relação à 2016, se dá por conta de redução da receita de operações de crédito pelo término de alguns projetos de investimentos e pela adoção de medidas de contenção dos desembolsos de operações de crédito contratadas, providência indispensável para retornar a dívida consolidada líquida ao indicador de 200% da Receita Corrente Líquida - RCL.

As Receitas de Petróleo apresentaram desempenho superior ao do mesmo período do ano anterior, alcançando R\$ 2.011,85 milhões, variação positiva de 79,2%. Registrou + 56,3% (R\$ 325,64 milhões) na Receita de Royalties e + 103,6% (R\$ 562,78 milhões) em Participações Especiais, influenciado, segundo dados da ANP, pelo aumento da produção e do preço do Brent no mercado internacional.

Na Lei de Orçamento Anual, as despesas do ERJ para 2017 foram fixadas em R\$ 77,741 bilhões, dos quais 30%, R\$ 21,43 bilhões, foram contingenciados (30,0%) por medida indispensável ao atual momento econômico do ERJ de forte frustração de receita, crise que se estende à União e a outros estados da Federação.

Em relação à execução, foram liquidados R\$ 15,58 bilhões no Poder Executivo e R\$ 1,84 bilhões nos Outros Poderes, totalizando R\$ 17,42 bilhões, excluídas as despesas intraorçamentárias e as empresas públicas independentes (CEDAE e Imprensa Oficial). Este montante é 7,7% menor que o verificado no mesmo período de 2016.

As Despesas Correntes do ERJ liquidadas até o momento indicaram redução de 2,3% ante 2016, - R\$ 16,82 bilhões. Em Pessoal foram executados R\$ 12,45 milhões, redução de 1,6%, e em Outras Despesas Correntes R\$ 3,83 bilhões foram liquidados, aumento de 6,9% frente ao mesmo período de 2016. Os recursos aplicados em Despesas de Capital somaram R\$ 593 milhões, redução de 64,2% ante 2016.

A execução de despesas sujeitas a limites constitucionais, excetuando-se a FAPERJ, registrou redução quando comparados a igual período do ano anterior; é claro que montante de recursos aplicados é correlacionado à receita do período, além do mais, historicamente, no início do exercício a execução é mais lenta.

EXECUTIVE SUMMARY

The State of Rio de Janeiro closed the first quarter of 2017 with a total revenue of R\$ 26,323.14 million, 11% above the target set for the period, which was defined according to the expectation of revenue for the year, thus imposing a significant contingency of appropriations allocated to the Executive Branch.

The imbalance between the estimate of revenue and the determination of the expenditure, as evidenced by the Annual Budget Law, is foreseen at R\$ 19 billion, as a result of the serious economic, fiscal and political crisis faced by Rio de Janeiro, greatly affecting the payment capacity of Their obligations.

The analysis, by period in relation to the previous year, aims to monitor revenue performance, identify variations, reflect changes in legislation, specific situations that can be adjusted, and subsidize the planning of the release or not of the budget throughout the year , In the pursuit of budget and financial equilibrium.

Current Revenues presented a variation above the target of 11.1% (+ R\$ 2,544.51 million). They were responsible for the extrapolation of the quarterly goal of 3.4% Revenue (+ R\$ 558.95 million), with emphasis on ICMS, which accounted for approximately 65.0% of taxes; Asset Revenues in 43.7% (+ R\$ 670.10 million); And Intra-Budget Revenues in 108.3% (+ R\$ 1,426.72 million) higher than forecast for the period.

Capital Revenues were also above the target set for the period, with an increase of 7.0%, due to the Loan Repayment Revenue (625.3% above the target, + R\$ 113.16 million), and Other Capital Revenues (+ R\$ 620.12 million), funds from judicial tax deposits.

The Budget Balance, in the first four months, closed with a deficit of R\$ 81.32 million, a result that considers only the net revenues, ie discounting the transfers to municipalities and FUNDEB. Current Revenues totaled R\$ 16,535.92 million while Current Expenses R\$ 16,821.42 million, current deficit of R\$ 285.50 million. Capital Expenses totaled R\$ 433.36 million while Capital Revenues, R\$ 863.68 million, recording a capital surplus of R\$ 430.32 million.

The analysis of the Budget and Primary Results, presented in item III, considers net values of Rreceita, that is, disregarded the portion passed to the Municipalities and FUNDEB.

The apparent Primary Surplus Result in R\$ 683.42 million, a positive variation of 125.5% in relation to 2016, is due to the reduction in revenue from loan operations due to the termination of some investment projects and the adoption of Containment of the debts of contracted credit operations, an indispensable measure to return the consolidated net debt to the indicator of 200% of Net Current Revenue - RCL.

Petroleum Revenues presented a performance superior to that of the same period of the previous year, reaching R\$ 2,011.85 million, a positive variation of 79.2%. It registered + 56.3% (R\$ 325.64 million) in Royalties Revenue and + 103.6% (R\$ 562.78 million) in Special Participations, influenced, according to ANP data, by the increase in production and price Of Brent in the international market.

In the Annual Budget Law, the expenses of the ERJ for 2017 were set at R\$ 77.741 billion, of which 30%, R\$ 21.43 billion, were contingent (30.0%) per measure indispensable to the ERJ's current economic momentum. Strong revenue frustration, a crisis that extends to the Union and other states of the Federation.

In terms of execution, R\$ 15.58 billion were paid to the Executive Branch and R\$ 1.84 billion to Other Powers, totaling R\$ 17.42 billion, excluding intracorporate expenses and independent public companies (CEDAE and the Official Press) . This amount is 7.7% lower than in the same period of 2016.

Current ERJ Expenses settled to date indicated a reduction of 2.3% compared to 2016, - R\$ 16.82 billion. In Personnel, R\$ 12.45 million were realized, a decrease of 1.6%, and Other Current Expenses R\$ 3.83 billion were settled, an increase of 6.9% compared to the same period of 2016. The resources invested in Expenses Of Capital amounted to R\$ 593 million, a reduction of 64.2% compared to 2016.

The execution of expenses subject to constitutional limits, excepting FAPERJ, registered a reduction when compared to the same period of the previous year; It is clear that the amount of resources invested is correlated to the revenue of the period, moreover, historically, at the beginning of the year the execution is slower.

I. Economic Outlook

I.I Brazil and Rio de Janeiro.

In the first quarter of 2017, Brazil's Gross Domestic Product (GDP) grew 1.0% compared to the last quarter of 2016 (seasonally adjusted), the first positive result in this comparison after eight consecutive quarters of decline. Over the same period of 2016, GDP fell by 0.4%.

With growth of 13.4%, agriculture was the sector that pulled the GDP up in the first quarter of 2017 over the immediately previous quarter. Next came the industrial sector (0.9%) and services (0.0%). Although the rise of agriculture and livestock has been influenced by seasonal factors, that is, high harvests are not expected to repeat during the year, the very slow recovery of the manufacturing industry will not immediately impact GDP growth. As for factors linked to domestic demand, which fell for the 8th consecutive quarter, especially gross fixed capital formation (-3.7%), the outlook for the national economy growth at the end of 2017 is still not optimistic (+0.41%), especially considering the uncertainties in the political scenario and in the realization of the social security and labor reforms. By the end of 2018, market expectations are up 2.30% of GDP.

The National Extended Consumer Price Index (IPCA) rose by 0.31% in May, slightly above the double compared to April of that year (0.14%) and mainly driven by the housing segment (strong influence of electricity). However, it is the lowest rate for the month of May since 2007, when it varied by 0.28%. With the intensification of this process of deceleration of inflation since the end of 2016, the result accumulated between January and May 2017, compared to the same period of the previous year, reached 1.42%, much lower than in the same period of 2016 (+4.05%) and the lowest variation recorded for the period since 2000 (+1.41%). Considering the last 12 months in May, the index fell to 3.60%, while it registered 4.08% in the previous month, making it the lowest rate in 12 months since May 2007 (3.18%).

Taking into account the significant fall of the inflation in the country, as well as the impacts in terms of reducing basic interest rates in the economy, and analyzing the main economic activities (manufacturing industry, expanded retail trade and services), both in Brazil and in the ERJ, it was found that in the first two, there is a faster recovery process in our state compared to the national average, especially in industry.

In the manufacturing industry, which has been in the process of free fall in the state from the second half of 2015, there was a strong recovery from October 2016 and intensified in 2017. Even though it varied -0.8% in April 2017 over the same month of 2016 (-5.7% in Brazil), YTD through April 2017, the results is positive in the ERJ (+ 2.5%), which is not the case for the national average (- 1.8%). Among the most important segments in the manufacturing industry between January and April 2017 are: 'Manufacture of beverages', up 7.0% (-0.7% in Brazil); 'Metallurgy', with a significant growth of 35.2% (+ 3.5% in the national average); and 'Manufacture of motor vehicles, trailers and bodies', with an increase of 20.0% (+ 8.9% in the country). As a result, the state changed from a -6.3% in the accumulated in 12 months in December 2016 (-6.2% in Brazil) to -2.0% in the accumulated in 12 months in April 2017 (- 3.7% in the national average).

In the retail trade (expanded), April's results (compared to April of the previous year) for Brazil and the ERJ were, respectively, -0.4% and + 1.6%, the first increase since March 2015. Like the industrial

manufacturing sector, this activity fell sharply from the second half of 2015, and began to recover, albeit slower, from October 2016. The positive result in April in the state was the mainly responsible for the result YTD through April been slightly better than the rest of the country: -1.2% and -1.8%, respectively. The highlight of the YTD was the 'Construction material' segment, which varied 14.1% (2.9% in Brazil). 'Fabrics, clothing and footwear' also registered a positive result in the period (+ 3.7%), but lower than the national result (+ 6.3%).

In the services sector, national data rose 1.0% in April over March (seasonally adjusted), the best result since March 2016 (+1.2%). Over April 2016, the index rose 5.6% in Brazil and 8.8% in the ERJ. Because it is the sector that employs the most in the country, the unemployment figures are strong, both in Brazil and in the ERJ (mainly), causing a negative impact on the recovery of the economic activity. In 12 months in April, the national and state results were, respectively, -5.0% and -8.1%. However, the increasingly positive results that must occur in industrial production tend to leverage the services sector in the coming months, albeit slowly and gradually.

If on one hand there is worse unemployment figures in the state compared to Brazil, much due to the service sector, which in the state was leveraged by the crisis in Petrobras, on the other hand there is the more intense recovery in the activity of the state manufacturing industry in relation to the national data, which can help reverse the bad picture of the services and trade sector.

I. Panorama Econômico

I.I O Brasil e Rio de Janeiro.

No primeiro trimestre de 2017, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil cresceu 1,0% em relação ao quarto trimestre de 2016 (com ajuste sazonal), a primeira alta nessa comparação após oito trimestres seguidos de queda. Na comparação com o mesmo período de 2016, o PIB recuou 0,4%.

Com expansão de 13,4%, a agropecuária foi o setor que puxou a alta do PIB no 1º trimestre de 2017 em relação ao trimestre imediatamente anterior. Em seguida vieram o setor industrial (0,9%) e o de serviços (0,0%). Apesar da alta da agropecuária ter sido influenciada por fatores sazonais, isto é, as elevadas safras não devem a se repetir ao longo do ano, a recuperação muito lenta da indústria de transformação não impactará de forma imediata na alta do PIB. Quanto aos fatores ligados à demanda interna, que caíram pelo 8º trimestre consecutivo, em especial a formação bruta de capital fixo (-3,7%), as perspectivas para o crescimento da economia nacional ao final de 2017 ainda não são otimistas (+0,41%), especialmente se considerarmos as incertezas no cenário político e na realização das reformas previdenciária e trabalhista. Para o final de 2018, as expectativas de mercado atuam em alta de 2,30% do PIB.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subiu 0,31% em maio, um pouco mais que o dobro na comparação com abril desse ano (0,14%) e puxado, principalmente, pelo segmento de habitação (com forte influência de energia elétrica). No entanto, é a taxa mais baixa para o mês de maio desde 2007, quando variou 0,28%. Com a intensificação desse processo de desaceleração da inflação desde o final de 2016, o resultado no acumulado entre janeiro e maio de 2017, na comparação o mesmo período do ano anterior, chegou a 1,42%, bem inferior ao verificado no mesmo período de 2016 (+4,05%) e a menor variação registrada para o período desde o ano 2000 (+1,41%). Considerando os últimos 12 meses em maio, o índice desceu para 3,60%, enquanto havia registrado 4,08% no mês anterior, constituindo-se na menor taxa em 12 meses desde maio de 2007 (3,18%).

Levando-se em consideração a expressiva queda da inflação no país, assim como os impactos em termos de redução dos juros básicos na economia, e analisando as principais atividades econômicas (indústria de transformação, comércio varejista ampliado e serviços), tanto no Brasil quanto no ERJ, verificou-se que, nas duas primeiras, há um processo mais rápido de recuperação no nosso estado em relação à média nacional, principalmente na indústria.

Na indústria de transformação, que entrou em processo de queda livre no estado a partir do 2º semestre de 2015, houve forte recuperação a partir de outubro de 2016 e que se intensificou em 2017. Mesmo variando -0,8% em abril de 2017 na comparação com o mesmo mês de 2016 (-5,7% no Brasil), o acumulado no ano até abril de 2017 já resulta em resultado positivo no ERJ (+2,5%), o que não acontece com a média nacional (-1,8%). Entre os segmentos de maior destaque na indústria de transformação entre janeiro e abril de 2017 estão: 'Fabricação de bebidas', com alta de 7,0% (-0,7% no Brasil); 'Metalurgia', com expressivo crescimento de 35,2% (+3,5% na média nacional); e 'Fabricação de veículos automotores,

reboques e carrocerias', com avanço de 20,0% (+8,9% no país). Como resultado, o estado passou de uma situação de -6,3% no acumulado em 12 meses em dezembro de 2016 (-6,2% no Brasil) para -2,0% no acumulado em 12 meses em abril de 2017 (-3,7% na média nacional).

No comércio varejista (ampliado), os resultados de abril (na comparação com abril do ano anterior) para o Brasil e o ERJ foram, respectivamente, -0,4% e +1,6%, a primeira alta desde março de 2015. Assim como o setor industrial de transformação, essa atividade caiu muito a partir do segundo semestre de 2015, e começou sua recuperação, ainda que mais lenta, a partir de outubro de 2016. O resultado positivo de abril no estado foi o principal responsável pelo resultado acumulado no ano até abril ser um pouco melhor em relação ao restante do país: -1,2% e -1,8%, respectivamente. O destaque para o resultado acumulado no ano foi o segmento de 'Material de construção', que variou 14,1% entre janeiro e abril de 2017 (2,9% no Brasil). 'Tecidos, vestuário e calçados' também registrou resultado positivo no ano até abril (+3,7%), porém inferior ao resultado nacional (+6,3%).

No setor de serviços, o dado nacional subiu 1,0% em abril em relação a março (com ajuste sazonal), o melhor resultado desde março de 2016 (+1,2%). Na comparação com o mesmo mês de 2016, queda de 5,6% no Brasil e de 8,8% no ERJ. Por ser o setor que mais emprega no país, os dados de desemprego ainda fortes, tanto no Brasil quanto no ERJ (principalmente), impactam negativamente na recuperação da atividade. No acumulado em 12 meses em abril, os resultados nacional e estadual foram de, respectivamente, -5,0% e -8,1%. No entanto, os resultados cada vez mais positivos que devem acontecer na produção industrial tendem a alavancar o setor de serviços nos próximos meses, ainda que de forma lenta e gradual.

Se por um lado há números de desemprego piores no estado em relação ao Brasil, muito em função do setor de serviços, que no estado foi alavancado pela crise na Petrobrás, por outro há a recuperação mais intensa na atividade da indústria de transformação estadual em relação ao dado nacional, o que pode ajudar a reverter o quadro ainda ruim do setor de serviços e comércio.

II. Metas Quadrimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro

Aprovada a Lei de Orçamento Anual, nos termos do que dispõe a LRF, cabe à SEFAZ estabelecer e divulgar as Metas de Arrecadação e o Cronograma Mensal de Desembolso. A Tabela 1 a seguir demonstra as metas bimestrais de arrecadação para 2017, divulgadas no Anexo I da Resolução SEFAZ Nº 13 de 15 de fevereiro de 2017, que considera a Receita Bruta arrecadada no quadrimestre, aí incluídos os valores de transferências aos Municípios e ao FUNDEB, que requereram R\$ 6.162,90 milhões em 2017.

- Receita Total Realizada X Metas Estabelecidas

Quadrimestre: R\$ 26.323,14 milhões / 111,0% da meta realizada.

Tabela 1

**METAS DE ARRECAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EM 2017.**

Metas de Receita

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (JAN - ABR) 2017	RECEITA REALIZADA (JAN - ABR) 2017	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
RECEITAS CORRENTES (1)	22.913,56	25.458,07	111,1%
RECEITAS DE CAPITAL(1)	808,75	865,07	107,0%
TOTAL	23.722,31	26.323,14	111,0%

Fonte: SIAFERIO - 19/06/2017.

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

O conceito das Receitas Correntes e de Capital e os respectivos desdobramentos de cada uma delas constam de Glossário, anexo a este Boletim.

Mesmo diante da crise econômica, fiscal e política que se instalou no Brasil e no Estado do Rio de Janeiro desde o final de 2014, e que perdura até o presente momento, a Administração continua empreendendo esforços na tentativa de estabilizar a situação fiscal do Estado, que será viável nos próximos 6 (seis) anos, se autorizado

A receita total realizada, no 1º quadrimestre de 2017 atingiu 111,0% da meta e somou o montante de \$ 26.323,14 milhões.

o Regime de Recuperação Fiscal, cujos termos do acordo estão sendo discutidos com o Governo Federal.

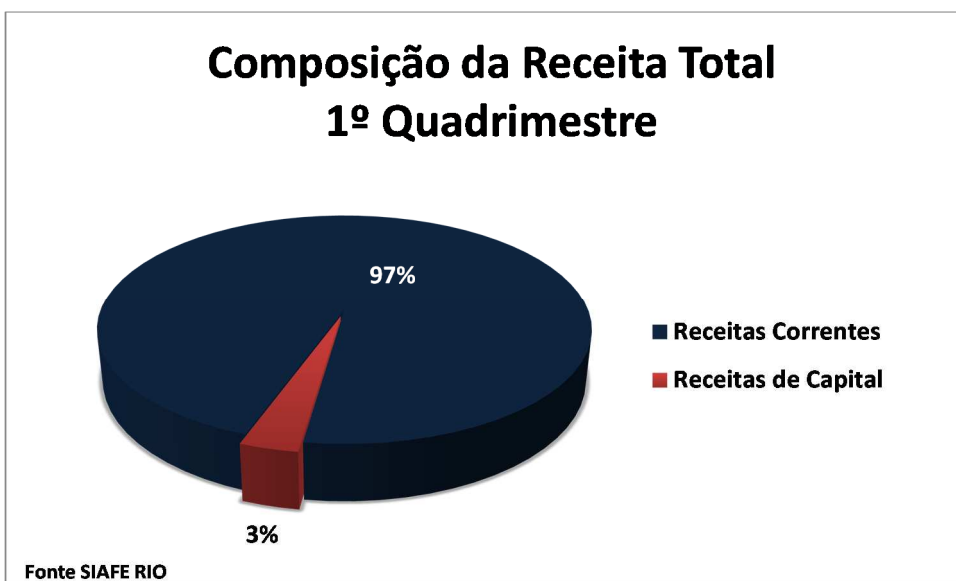
A Receita Realizada, no 1º quadrimestre de 2017, atingiu R\$ 26.323,14 milhões, valor 11,0% superior à meta estipulada para o período; em valores absolutos R\$ 2.600,33 milhões, dos quais R\$ 250 milhões são receitas extraordinárias, restituição ao Tesouro de recursos repatriados pelo Ministério Público Federal, resultado de apuração de infrações penais.

Os restantes R\$ 2.350 milhões se referem ao ganho de receita em Participações Governamentais e no FECP, além de contabilização do IRPF retido na fonte, referente à folha de dezembro/2016.

O Gráfico 1 mostra a pequena participação das receitas de Capital, por conta da finalização dos investimentos financiados com Operações de Crédito.

A Tabela 2 e a Tabela 3 discriminam, por Origem, os recursos arrecadados em cada Categoria Econômica, Corrente ou Capital, e os Gráficos mostram a respectiva participação de cada uma delas.

Gráfico 1



- Receita Corrente Realizada

Quadrimestre: R\$ 25.458,07 milhões / 111,1% da meta realizada.

Tabela 2
METAS DE ARRECAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EM 2017.

Metas de Receita

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (JAN - ABR) 2017	RECEITA REALIZADA (JAN - ABR) 2017	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
RECEITAS CORRENTES (1)	22.913,56	25.458,07	111,1%
TRIBUTÁRIA	16.300,97	16.859,92	103,4%
CONTRIBUIÇÕES	685,26	555,66	81,1%
PATRIMONIAL	1.532,18	2.202,28	143,7%
AGROPECUÁRIA	0,10	0,01	6,8%
INDUSTRIAL	69,97	23,87	34,1%
SERVIÇOS	125,16	92,68	74,1%
TRANSF. CORRENTES	2.150,87	2.108,72	98,0%
OUTRAS	731,78	870,94	119,0%
INTRAORÇAMENTÁRIA	1.317,26	2.743,98	208,3%

Fonte: SIA FERIO - 19/06/2017.

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

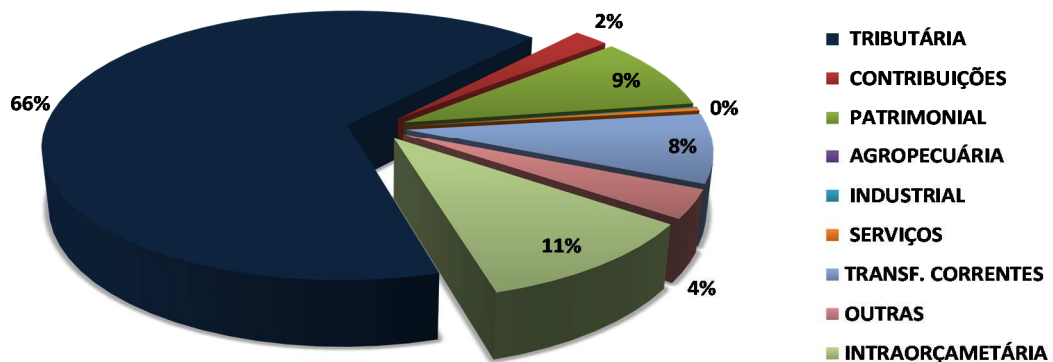
(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

No âmbito das Receitas Correntes cabe observar o desempenho da Receita Tributária, basicamente influenciada pela arrecadação do FECP e pela contabilização do IRRF referente à folha de pagamento dos servidores de dezembro/2016, além do desempenho da Receita Patrimonial por conta de aumento da produção de petróleo e do preço do Brent no mercado internacional (vide Tabelas 10 e 11). O valor registrado nas Receitas Intraorçamentárias, R\$ 2.743,98 milhões, 108,3% acima do previsto, contabiliza recursos arrecadados pelo Tesouro e repassados ao RIOPREVIDÊNCIA para pagamento de inativos: os R\$ 250 milhões da repatriação já comentados e R\$ 1.161 milhões, compensação de créditos tributários devidos à Autarquia pelo Estado, nos termos dos Decretos 36.994/2005 e 37.047/2005, atendendo Determinação do Tribunal de Contas do Estado. Mais informações acerca das Receitas Correntes na seção IV, deste Boletim.

A Receita Corrente alcançou, no 1º quadrimestre de 2017, o valor de R\$ 25.458,07 milhões.

Gráfico 2

Composição da Receita Corrente Realizada 1º Quadrimestre



Fonte SIAFE RIO

- Receita de Capital Realizada X Metas Estabelecidas

Quadrimestre: R\$ 865,07 milhões / 107,0% da meta realizada.

Tabela 3

**METAS DE ARRECAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EM 2017.**

Metas de Receita

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (JAN - ABR) 2017	RECEITA REALIZADA (JAN - ABR) 2017	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
RECEITAS DE CAPITAL⁽¹⁾	808,75	865,07	107,0%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	617,11	25,30	4,1%
ALIENAÇÃO DE BENS	5,60	75,17	1.342,4%
AMORT. EMPRÉSTIMOS	18,10	131,26	725,3%
TRANSF. CAPITAL	167,94	11,82	7,0%
OUTRAS	0,00	620,12	0,0%
INTRAORÇAMENTÁRIA	0,00	1,39	0,0%

Fonte: SIAFERIO - 19/06/2017.

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

No 1º quadrimestre de 2017, as Receitas de Capital realizaram 107,0% da meta estimada para o período. Em valores absolutos representa R\$ 865,07 milhões.

O resultado apresentado pelas Receitas de Capital ocorreu, principalmente, pela arrecadação da Receita de Amortização de Empréstimos e de Outras Receitas de Capital. Em relação à primeira, a receita R\$ 131,26 milhões, 725,3% da meta estabelecida, foi resultado da amortização de diversos financiamentos. Já a segunda somou R\$ 620,12 milhões, valor de recursos de depósitos judiciais tributários.

Informações mais detalhadas estão comentadas na seção IV.II deste Boletim.

As receitas de capital atingiram o montante de R\$ 865,07 milhões no 1º quadrimestre 2017, o que representa 107,0% da meta proposta.

Gráfico 3

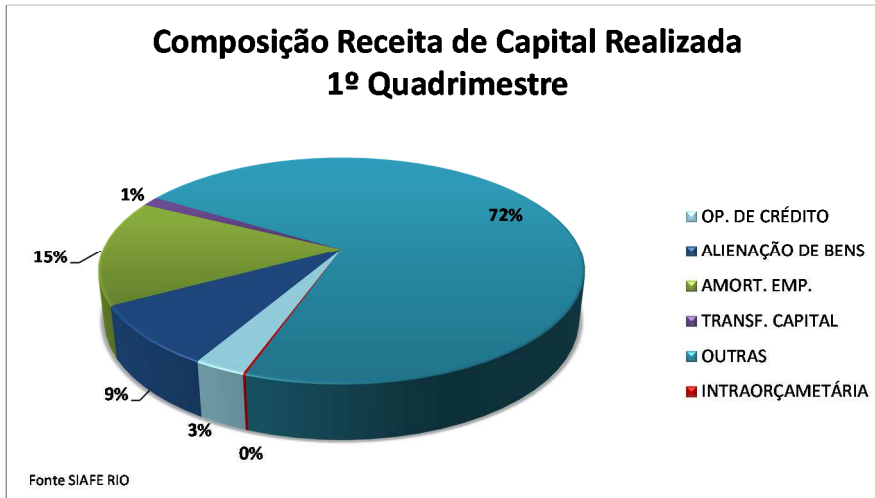
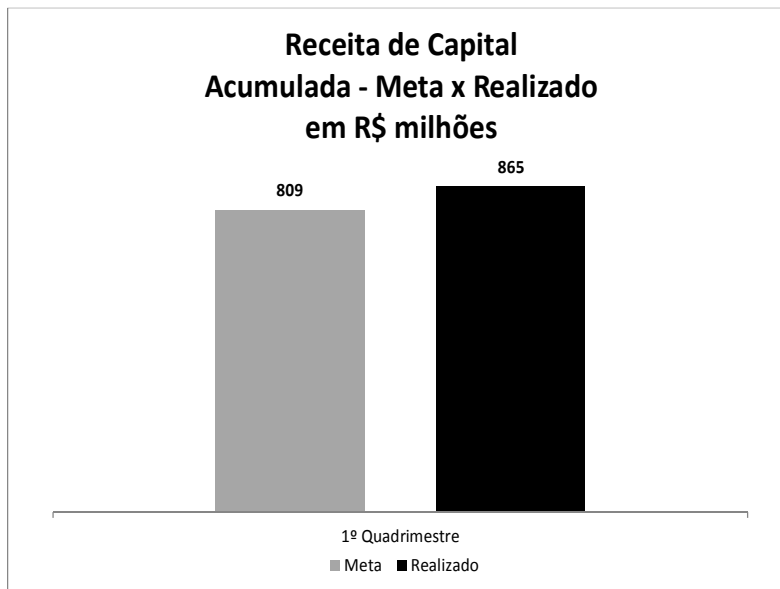


Gráfico 4



Cronograma de Desembolso do Estado do RJ

- Despesa Total Realizada: R\$ 16,82 bilhões / 24,2%¹

Neste primeiro quadrimestre, a dotação autorizada foi suprimida em R\$ 1,88 bilhão² (diminuição de 2,6%), se desconsideradas as despesas intra-orçamentárias. A redução apresentada decorre de uma reclassificação da despesa por modalidade, inicialmente considerada “aplicações diretas” passando à intra-orçamentária por conta de uma reprogramação da despesa em Encargos Gerais do Estado. Do orçamento autorizado (R\$ 71,41 bilhões), R\$ 21,43 bilhões permaneceram contingenciados (30,0%), de forma a compatibilizá-lo com a estimativa de receita para o exercício, reduzida em virtude do atual momento econômico do Estado e da Federação. A Tabela 4 sintetiza os dados apresentados.

Essa análise não considera os valores referentes às empresas controladas não dependentes (CEDAE e Imprensa Oficial) bem como as despesas intra-orçamentárias.

Para o primeiro quadrimestre do ano, a meta de execução, conforme divulgado no Cronograma de Desembolso (Resolução SEFAZ Nº 14 de 2017), foi de R\$ 13,54 bilhões. Neste período, a despesa total realizada (R\$ 16,82 bilhões) mostrou-se acima à estimada: uma variação de 24,2% que representa uma execução a maior de R\$ 3,28 bilhões.

Do total pago até abril, uma parcela equivale ao RP (Restos a Pagar) do exercício anterior. Do montante inscrito (estoque de R\$ 9,41 bilhões), 28,7% foram pagos (R\$ 2,70 bilhões). Esse valor correspondeu a aproximadamente 16% do total de despesa executada no primeiro quadrimestre.

Tabela 4

Valores em R\$

Lei Orçamentária do ERJ			
Análise do Orçamento ao longo do Exercício			
1º QUADRIMESTRE			
DOTAÇÃO	INICIAL	73.288.760.168	-
	ATUAL	71.410.165.038	-2,6%
	DISPONÍVEL	49.981.974.769	70,0%
CONTINGENCIADO		21.428.190.269	30,0%
EXPANSÃO ORÇAMENTÁRIA*		- 1.878.595.130	-
EXPANSÃO INTRAORÇAMENTÁRIA		2.063.272.381	-
TOTAL GERAL**		184.677.251	-

Fonte: SIAFE Rio / Flexivision

Obs: Dados extraídos em 17/05/2017

*Exclui CEDAE, Imprensa Oficial e despesas intra-orçamentárias

**Expansão Orçamentária incluindo as despesas intra-orçamentárias

Ao longo do exercício, o comportamento da arrecadação de receita dita o ritmo da execução orçamentária.

A frustração das receitas previstas sinaliza a necessidade de novos contingenciamentos.

¹ As informações representam: a execução até o quadrimestre e a variação percentual comparada à meta de desembolso publicada.

² Valor exclui apenas as empresas independentes do ERJ.

A Tabela 5 sintetiza a execução orçamentária e financeira do período de acordo com a meta de execução.

As despesas realizadas no período são analisadas com maior detalhamento no próximo item deste Boletim (parte V).

Tabela 5– Cronograma de Desembolso

R\$ Milhões

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - METAS DE EXECUÇÃO (art.8º/ LRF)*				
1º QUADRIMESTRE				Variação %
METAS DE EXECUÇÃO**	DESP. ORÇAM. REALIZADA	RP 2016 PAGO***	DESP. TOTAL REALIZADA	
13.542	14.125	2.698	16.823	24,2%
13.542	14.125	2.698	16.823	24,2%

Fonte: SIAFE Rio / Flexvision

Obs: Dados extraídos em 17/05/2017

*Exclui CEDAE & Imprensa Oficial / Considerada a despesa paga

**Fonte: Resolução SEFAZ nº 14 de 15/2/2017.

***Considerado apenas o pagamento de RP inscrito em 2016.

III. Resultados Fiscais³

Neste item, o montante da Receita não considera as Transferências aos Municípios e ao FUNDEB, por tratar-se de cumprimento de obrigação constitucional e legal.

A receita segue demonstrada pelo valor líquido com objetivo de evidenciar o financiamento dos gastos do Estado e sua capacidade de cumprir os pagamentos devidos.

De acordo com a Lei 6.514 de 17/01/2017, a Receita Bruta para o exercício de 2017 está estimada em R\$ 75.559,41 milhões, aí incluídos R\$ 17.204,24 milhões referentes às transferências aos Municípios e FUNDEB. Logo, a Receita Líquida disponível é de R\$ 58.355,17 para financiar despesas fixadas R\$ 77.710,15 milhões, apontando para um déficit financeiro estimado em R\$ 19.354,98. Esta análise confere transparência à forte frustração de Receita enfrentada pelo ERJ desde 2015, em evidente descompasso com as necessidades de financiamento requeridas pelo Estado.

III.I Resultado Orçamentário

Quadrimestre: - R\$ 81,32 milhões / 98,0%

Tabela 6
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 2016 - 2017.
Resultado Orçamentário

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIM (JAN - ABR)		VAR %
	2016	2017	
	(R\$ milhões)		
I. RECEITA TOTAL (A)	15.958,29	20.144,98	26,2%
I.1 RECEITA CORRENTE	14.612,35	16.535,92	13,2%
I.2 RECEITA DE CAPITAL	916,38	863,68	-5,8%
I.3 RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	429,56	2.745,37	539,1%
II. DESPESA TOTAL (B)	20.016,62	20.067,04	0,3%
II.1 DESPESA CORRENTE	17.209,47	16.821,42	-2,3%
II.2 DESPESA DE CAPITAL	1.657,44	433,36	-73,9%
II.3 DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA	1.149,71	2.812,25	144,6%
III. AMORT. DA DÍV. / REFINANCIAMENTO	-	159,26	-
RES. ORÇAMENTÁRIO	-4.058,33	-81,32	98,0%

Fonte: RREO - 2º Bimestre de 2016/2017 emitido em 19/06/2017

³ O Resultado Fiscal leva em conta as despesas apuradas até o final do prazo limite para a liquidação do orçamento de alguns itens, que ocorrem em janeiro do exercício subsequente, conforme definido no Decreto nº42/2010.

O resultado orçamentário reflete o balanço orçamentário, relação numérica, entre as receitas e as despesas realizadas, que pode ser superavitário ou deficitário.

O resultado orçamentário, no 1º quadrimestre de 2017, embora negativo (- R\$ 81,32 milhões), foi consideravelmente melhor em relação ao mesmo período de 2016. Este resultado é consequência não só do forte esforço fiscal efetuado pelo ERJ visando superar a crise que o acomete nos últimos 3 anos, mas também cabe observar o controle do Caixa, medida fundamental para cumprir a folha de pessoal de áreas estratégicas, prioridade Governamental, tendo em vista os frequentes arrestos e bloqueios judiciais.

O resultado orçamentário, no 1º quadrimestre de 2016, foi deficitário em R\$ 81,32 milhões.

A receita, no quadrimestre, totalizou R\$ 20.144,98 milhões 26,2% superior quando comparada ao mesmo período do ano de 2016. A despesa foi de R\$ 20.067,04 milhões, 0,3% inferior ao alcançado no ano anterior. Em 2017, no 1º quadrimestre, as Receitas Correntes realizaram R\$ 16.535,92 milhões, enquanto as Despesas Correntes R\$ 16.821,42 milhões, gerando um déficit corrente de R\$ 285,50 milhões. Já as Receitas de Capital, totalizaram R\$ 863,68 milhões enquanto as respectivas Despesas somaram R\$ 433,36 milhões, registrando um superávit de capital de R\$ 430,32 milhões.

III.II Resultado Primário

Quadrimestre: R\$ 683,42 milhões / 125,5%

Tabela 7

RESULTADO PRIMÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 2016-2017

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIM (JAN - ABR)		VAR %
	2016	2017	
RECEITAS TOTAL	15.958,29	20.144,98	26,2%
RECEITAS FINANCEIRAS	1.128,11	365,97	-67,6%
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	429,56	2.745,37	539,1%
RECETA PRIMÁRIA TOTAL (A)	14.400,62	17.033,64	18,3%
DESPESAS TOTAL	20.016,62	20.226,29	1,0%
DESPESAS FINANCEIRAS	1.785,47	1.063,82	-40,4%
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.149,71	2.812,25	144,6%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (B)	17.081,45	16.350,22	-4,3%
RESULTADO PRIMÁRIO	-2.680,83	683,42	125,5%

Fonte: RREO - 2º Bimestre de 2016/2017 emitido em 19/06/2017

O Resultado Primário retrata a capacidade de pagamento do Ente para cumprir seus compromissos. É calculado pela diferença entre as receitas não financeiras (não inclui recursos provenientes de operações de crédito, de receitas financeiras e de alienação) e as despesas não financeiras (exclui despesas com o serviço da dívida).

No 1º quadrimestre, o resultado primário foi positivo. A receita primária foi superior a despesa primária em R\$ 683,42 milhões. Em relação a 2016, observa-se uma variação positiva de 125,5% no mesmo período, consequência da redução dos investimentos e postergação do pagamento da dívida com o Governo Federal. As receitas primárias totais atingiram R\$ 17.033,64 milhões, enquanto as despesas primárias R\$ 16.350,22 milhões.

Vale observar também que o valor registrado, R\$ 683 milhões, não reflete o desequilíbrio fiscal vivenciado pelo Estado. Os desembolsos financeiros das Operações de Crédito contratadas não têm sido realizados de acordo com os cronogramas pactuados, uma vez que o indicador Dívida Consolidada X RCL, no 3º quadrimestre de 2016, ultrapassou os 200% permitidos pela LRF, o que exige adoção de medidas para de curto prazo para reconduzir a Dívida ao patamar permitido. Consequentemente, o montante arrecadado de Receitas Financeiras é menor, o que reflete diretamente no volume de investimentos por ela financiados.

IV. Receita Estadual⁴

Quadrimestre: R\$ 26.3236,14 milhões / + 17,6%⁵

Tabela 8

DECOMPOSIÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA, 2016/2017.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (JAN - ABR)		VAR %
	2016	2017	
Total	22.379,01	26.323,14	17,6%
REC.CORRENTE	21.033,07	22.714,09	8,0%
REC. CAPITAL	916,38	863,68	-5,8%
REC. INTRAORÇAMENTÁRIA	429,56	2.745,37	539,1%

Fonte: SIAFERIO em 07/06/2017.

A Tabela 8 demonstra a Receita Total arrecadada pelo Estado no primeiro quadrimestre de 2017, R\$ 26.323,14 milhões, representando acréscimo de R\$ 3.944,13 milhões (+ 17,6%), dado às variações positivas da Receita de Corrente (+ 8,0%) e de 539,1% na Receita Intraorçamentária.

No 1º quadrimestre de 2017, a Receita de Capital apresentou decréscimo de R\$ 52,70 milhões (- 5,8%). Já a Receita Corrente, cresceu 8,0% (+ R\$ 1.681,02 milhões), comparadas ao mesmo período do ano passado.

⁴ Desta seção em diante, todas as tabelas levam em consideração as Receitas e Despesas do RIOPREVIDÊNCIA.

⁵ As informações representam: a arrecadação no período; e a variação percentual comparado ao mesmo período do ano anterior.

IV.I Receitas Correntes
Quadrimestre: R\$ 22.714,09 milhões / + 8,0%
Tabela 9
RECITA CORRENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2016/2017.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (JAN - ABR)		VAR %
	2016	2017	
REC. CORRENTE	21.033,07	22.714,09	8,0%
TRIBUTÁRIA	15.972,95	16.859,92	5,6%
CONTRIBUIÇÕES	182,28	555,66	204,8%
PATRIMONIAL	1.389,41	2.202,28	58,5%
AGROPECUÁRIA	0,01	0,01	-1,6%
INDUSTRIAL	49,09	23,87	-51,4%
DE SERVIÇOS	98,52	92,68	-5,9%
TRANSF. CORRENTES	2.188,57	2.108,72	-3,6%
OUTRAS CORRENTES	1.152,24	870,94	-24,4%

Fonte: SIAFERIO em 07/06/2017.

No comparativo com 2016, a Receita Corrente apresentou comportamento positivo, sendo os acréscimos da Receita Tributária e Patrimonial os principais fatores do acréscimo no resultado.

Reflexo do incerto cenário econômico atual, os valores discriminados na Tabela 9 evidenciam variações positivas e negativas em várias rubricas de Receita Correntes. Os acréscimos na Receita Tributária (+ R\$ 866,97 milhões; + 5,6%) e Patrimonial (+ R\$ 812,86 milhões; + 58,5%) impulsionaram a variação nominal da Receita.

IV.I.1 Receita Tributária

Quadrimestre: R\$ 16.859,92 milhões / + 5,6%

Tabela 10

RECETA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2016/2017.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (JAN - ABR)		VAR %
	2016	2017	
RECETA TRIBUTÁRIA	15.972,95	16.859,92	5,6%
ICMS	10.948,52	10.845,21	-0,9%
Adicional do ICMS	1.152,59	1.525,94	32,4%
IRRF	277,52	950,54	242,5%
IPVA	2.230,98	2.261,71	1,4%
ITD	417,84	239,57	-42,7%
Taxas	945,50	1.036,95	9,7%

Fonte: SIAFERIO em 07/06/2017.

A Receita Tributária arrecadada, no primeiro quadrimestre de 2017, cresceu 5,6% (+ R\$ 886,97 milhões) em comparação ao mesmo período de 2016, totalizando R\$ 16.859,92 milhões. O resultado foi reflexo do crescimento do Adicional do ICMS (FECP) e do Imposto de Renda Retido da Fonte (IRRF) que contabilizou como receita do exercício, os valores referentes à folha de pagamento de dezembro de 2016.

O Adicional do ICMS e o IRRF, juntos, apresentaram resultados favoráveis no quadrimestre, com acréscimo de R\$ 1.046,37 milhões.

– Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS):

1º Quadrimestre: R\$ 10.845,21 milhões / - 0,9%

Em que pese a alteração de alíquotas autorizadas em dezembro/2016, em setores com participação expressiva na arrecadação do ICMS (gasolina, comunicação, cerveja e Chopp), com efeito a partir de abril/2017, a receita realizada registrou variação negativa no primeiro quadrimestre de 2017, decréscimo de 0,9% (- R\$ 103,31 milhões) em relação ao mesmo período do ano anterior .

Desde o 3º bimestre de 2015, a análise da receita do ICMS vem sendo estudada de forma mais analítica, tendo em vista o quantitativo de itens e alíquotas envolvidos. Antes realizada por setor econômico, passou a ser feita por código de receita, pela classificação do Sistema

de Arrecadação da Secretaria de Estado de Fazenda. Optou-se, então, por detalhar os grupos que apresentaram maior participação na arrecadação do imposto e que juntos concentraram, no primeiro quadrimestre de 2017, cerca de 90% da receita arrecadada nesse imposto.

Ainda na busca pela melhoria da análise e transparência de resultados, os valores registrados no Sistema de Arrecadação são ajustados de modo à compatilizá-los com os registros contábeis no SIAFE RIO, registro da Receita pelo Regime de Caixa, obedecendo ao mês civil. Assim, a arrecadação dos três últimos dias úteis de cada mês integra a Receita do mês seguinte.

Assim, quanto ao imposto, os grupos que possuem maior relevância são:

ICMS Normal⁶ (Participação Acumulada → 24,8%)

1º Quadrimestre: + 10,1%

A alta do ICMS Normal, no 1º quadrimestre de 2017, foi influenciada pelos setores de indústria de bebidas e fabricação de produtos de petróleo.

ICMS Substituição Tributária⁷ (Participação Acumulada → 26,0%)

1º Quadrimestre: + 3,4%

A receita desta rubrica, no 1º quadrimestre de 2017, foi significativamente afetada pelo setor atacadista de bebidas e fabricação de produtos de refino de petróleo. Acrescente-se, ainda, uma tênue recuperação econômica.

ICMS Importação (Participação Acumulada → 11,2%)

1º Quadrimestre: + 2,0%

⁶ ICMS NORMAL é o grupo que tem sua arrecadação não decorrente das reunidas em inspetoria especializadas tais como ICMS-Substituição Tributária, ICMS-Energia Elétrica, ICMS-Importação, ICMS-Comunicações, etc.

⁷ O regime de Substituição Tributária é o instituto jurídico mediante o qual se atribui à determinada pessoa a responsabilidade pelo recolhimento do imposto relativo a fato gerador praticado por outro contribuinte.

No confronto com o 1º quadrimestre do ano anterior, o ICMS Importação apresentou comportamento estável. No tocante ao crescimento, destaca-se a importação relacionada à metalurgia (setor da indústria) e ao comércio atacadista de álcool. Entretanto, merece atenção a queda da importação relacionada ao setor petrolífero e gás, ambos no campo da indústria extrativa.

ICMS Energia Elétrica (Participação Acumulada → 16,0%)

1º Quadrimestre: - 5,1%

O desempenho do ICMS derivado da Energia Elétrica foi acometido pela redução tarifária e alterações de bandeiras, impactando negativamente na arrecadação, além de medidas de compensação de dívidas reconhecidas com as concessionárias, autorizatárias e permissionárias pelo Estado conforme Lei nº 7.298/16⁸.

ICMS Comunicações (Participação Acumulada → 11,6%)

1º Quadrimestre: - 0,4%

Mesmo com a tendência de arrefecimento do setor de Telecomunicações, influenciado ainda pela utilização de novas tecnologias que substituíram as chamadas tradicionais de voz e a acirrada concorrência do setor, neste quadrimestre, a variação se aproxima de zero, distintamente dos períodos anteriores, nos quais se retraiu acentuadamente. É pertinente citar o aumento de alíquota determinado pela Lei Estadual nº 7.508/2016⁹, de 26% para 28%, com eficácia a partir do final de março de 2017.

ICMS Serviços de Transporte (Participação Acumulada → 1,7%)

1º Quadrimestre: + 95,6%

Mesmo registrando uma pequena participação na arrecadação do imposto, houve, neste item, um relevante acréscimo no quadrimestre decorrente, dentre outras razões, da revogação do Decreto

⁸ A Lei nº 7298 de 31 de maio 2016 autoriza o Poder Executivo a realizar compensação de dívidas reconhecidas com as concessionárias, autorizatárias, permissionárias e fornecedoras de combustíveis com créditos tributários, na forma que especifica.

⁹ A Lei nº 7508 de 30/12/2016 altera os artigos 14 e 24 da Lei nº 2.657, de 26 de dezembro de 1996, para promover alterações de alíquotas do ICMS, e dá outras providências.

39.478/06, o qual isentava a cobrança de imposto dos serviços de transporte intermunicipal de cargas que tivesse início e término no território no Estado do Rio de Janeiro e em que o contratante (tomador) do serviço fosse contribuinte do imposto e inscrito no Cadastro Geral de Contribuintes do Estado do Rio de Janeiro - CADERJ.

- Adicional do ICMS - FECP (Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais)

1º Quadrimestre: R\$ 1.525,94 milhões / + 32,4%

A receita do FECP, no 1º quadrimestre, aumentou 32,4% (+ 373,35 milhões) em relação a 2016. O impacto deve-se principalmente à Lei Complementar nº 167/2015, com vigor a partir de 28 de março de 2016, que alterou as alíquotas em diversas operações, com destaque para as relacionadas ao setor de petróleo e combustível.

- Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA¹⁰):

1º Quadrimestre: R\$ 2.261,71 milhões / + 1,4%

O IPVA apresenta um comportamento sazonal significativo, que se consolida nos quatro primeiros meses do ano.

No primeiro quadrimestre de 2017 o imposto registrou leve crescimento em relação ao ano anterior, uma vez que as alíquotas majoradas em dezembro de 2015 já produziram efeitos na base de comparação de 2016. Outros fatores também podem ser considerados relevantes: a queda na aquisição de veículos novos; a cobrança mediante Decreto nº 45.726/16 de 50% do IPVA devido pelas empresas de ônibus no exercício de 2014; as alterações de vencimento do imposto por conta dos finais de placa.

Em 2016, mediante a lei nº 7.158/15, houve o programa Recupera Rio que permitiu o parcelamento do IPVA de débitos tributários.

¹⁰ De forma geral, a receita de IPVA fica concentrada amplamente nos primeiros meses do ano, quando do vencimento das placas dos veículos usados. No restante do ano, a receita provém principalmente do pagamento do IPVA dos veículos novos, do pagamento de débitos atrasados dos veículos usados e das eventuais cobranças coletivas organizadas pela SEFAZ-RJ.

– Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e por Doação (ITD):**1º Quadrimestre: R\$ 239,57 milhões / - 42,7%**

Em comparação com mesmo período de 2016, a arrecadação do ITD apresentou decréscimo, no 1º quadrimestre, de 42,7% (- R\$ 178,27). O resultado foi afetado significativamente pela base de comparação, no 1º quadrimestre de 2016, que já incorpora as alterações de alíquotas autorizadas pela Lei Estadual 7.174/15¹¹. Além disso, fatores como a crise mobiliária e outras variáveis imponderáveis, encerramento de inventário, heranças e doações impactam a arrecadação, independente de qualquer previsão.

Lei Estadual 7.174/15 aumentou a alíquota de incidência do ITD: 4,5% para valores até 400.000 UFIR-RJ e 5% sobre valores acima de 400.000 UFIR-RJ.

– Imposto de Renda (IRRF):**1º Quadrimestre: R\$ 950,54 milhões / + 242,5%**

O Imposto de Renda apresentou aumento de 242,5% (+ R\$ 673,02 milhões) em sua arrecadação, comparativamente ao primeiro quadrimestre de 2016, impactado, relevantemente, por ajustes no fluxo de repasses e no registro da contabilização das retenções da folha de pagamento, o que pode não correr no mesmo mês. A adaptação do cronograma de repasses é indispensável ao equilíbrio financeiro do Estado no pagamento de inativos e pensionistas.

¹¹ Lei nº 7.174 de 28 de dezembro 2015, dispõe sobre o imposto sobre a transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens ou direitos (ITD), de competência do Estado do Rio de Janeiro.

- Taxas:
Quadrimestre: R\$ 1.036,95 milhões / + 9,7%
Tabela 11
RECETA DE TAXAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2016/2017.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (JAN - ABR)		VAR %
	2016	2017	
Taxas	945,50	1.036,95	9,7%
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	311,53	344,51	10,6%
Taxa de Controle e Fiscalização do Trânsito ⁽¹⁾	289,22	325,36	12,5%
Outras	22,31	19,15	-14,1%
Taxas pela Prestação de Serviços	633,97	692,44	9,2%
Emolumentos e Custas Judiciais	149,00	178,26	19,6%
Emolumentos e Custas Extrajudiciais	129,13	135,31	4,8%
Outras Taxas pela Prestação de Serviços	355,84	378,88	6,5%
Taxa de Serviços de Trânsito ⁽¹⁾	330,75	350,57	6,0%
Outras	25,09	28,30	12,8%

Fonte: SIAFERIO em 07/06/2017.

Nota: (1) Taxas do DETRAN e DUDA

O acréscimo de R\$ 91,45 milhões (+ 9,7%) nessa rubrica decorre das Taxas do DETRAN pelo Controle e Fiscalização do Trânsito (exercício do poder de polícia) e pela Prestação de Serviços de Trânsito, que juntas, somaram às Receitas Tributárias R\$ 55,96 milhões. Soma-se ao resultado, com variação relevante (+ R% 29,26 milhões), os Emolumentos e Custas Judiciais.

IV.1.2 Receita Patrimonial e Royalties

Quadrimestre: R\$ 2.202,28 milhões / + 58,5%

Tabela 12

RECEITA PATRIMONIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2016/2017.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (JAN - ABR)		VAR %
	2016	2017	
RECEITA PATRIMONIAL	1.389,41	2.202,28	58,5%
Petróleo	1.122,67	2.011,85	79,2%
Royalties	577,88	903,52	56,3%
Part. Especial	543,09	1.105,87	103,6%
FEP	1,70	2,47	45,2%
CFT's	0,00	0,00	0,0%
Aplic. Financeiras	227,06	134,23	-40,9%
Demais Rec. Patrimoniais	39,68	56,19	41,6%

Fonte: SIAFERIO em 07/06/2017.

As Receitas Patrimoniais, no primeiro quadrimestre de 2017, somaram R\$ 2.202,28 milhões - variação positiva de 58,5% em relação ao mesmo período de 2016. O acréscimo está concentrado basicamente nas receitas de petróleo (Royalties e Participações Especiais).

- **Petróleo:** As receitas pela extração de petróleo e gás cresceram substancialmente frente a 2016. Contribuíram para a variação, o preço do barril tipo *brent* e o aumento da produção, que superaram a queda no câmbio. A curva descendente que se estabeleceu desde o final de 2014, com a redução do preço do barril tipo *brent*, inverteu-se, apresentando uma recuperação do preço em 42,9%. A produção do petróleo alcançou 34,71 milhões de m³ no período¹² (+ 11,3%), em comportamento contrário à taxa de câmbio, que caiu 17,1% em comparação ao mesmo período de 2016, conforme a **Erro! Fonte de referência não encontrada..**

¹² O pagamento dos royalties ocorre dois meses após a extração do petróleo. Sendo assim, para a análise das entradas de receita do 1º Quadrimestre de 2017, são apresentados os dados de produção de novembro a dezembro de 2016 e de janeiro a fevereiro de 2017, divulgados pela ANP em <http://www.anp.gov.br/wwwanp/dados-estatisticos>.

Tabela 13
Participação Governamental do Petróleo

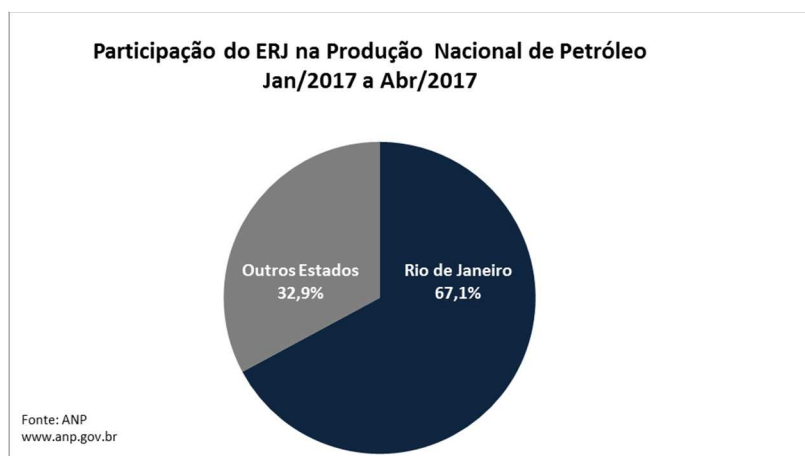
DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (JAN - ABR)		VAR %
	2016	2017	
Produção (milhões de m³)	31,19	34,71	11,3%
Brent (US\$)	36,29	51,87	42,9%
Taxa de Câmbio (R\$/US\$)	3,92	3,25	-17,1%

Fontes: Produção: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP. Brent: Energy Information Administration, EIA. Câmbio: Ipeadata.

Nota: O pagamento dos royalties ocorre dois meses após a extração do petróleo. Sendo assim, para a análise das entradas de receita do 3º Quadrimestre de 2017 são apresentados os dados de produção de Novembro a Dezembro de 2016 e de Janeiro a Fevereiro de 2017.

Ainda segundo dados da ANP, a produção do Rio de Janeiro correspondeu a 67,1% da produção total brasileira acumulada.

Gráfico 5



- **Aplicações Financeiras:** o fraco desempenho das receitas de Aplicações Financeiras retrata a falta de disponibilidade financeira em caixa, insuficiente inclusive para saldar os compromissos firmados pelo Estado. A queda alcançou 40,9% no quadrimestre (- R\$ 92,83 milhões) quando comparada ao ano anterior, concentrando-se na Remuneração de Depósitos Bancários.

- **Demais Receitas Patrimoniais:** nesse item, o acréscimo da arrecadação foi originado nas Concessões e Permissões relativas à Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos e de Serviços de Transporte, além da Compensação Financeira de Recursos Hídricos.

IV.1.3 Demais Receitas Correntes

Quadrimestre: R\$ 1.543,16 milhões / + 4,1%

Tabela 14

DEMAIS RECEITAS CORRENTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2016/2017.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (JAN - ABR)		VAR %
	2016	2017	
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	1.482,14	1.543,16	4,1%
Receita de Contribuições	182,28	555,66	204,8%
Receita Agropecuária	0,01	0,01	-1,6%
Receita Industrial	49,09	23,87	-51,4%
Receita de Serviços	98,52	92,68	-5,9%
Multas e Juros de Mora	327,63	236,49	-27,8%
Indenizações e Restituições	34,29	339,43	890,0%
Dívida Ativa	211,33	59,93	-71,6%
Receitas Diversas	578,98	235,09	-59,4%

Fonte: SIAFERIO em 07/06/2017.

As Demais Receitas Correntes, detalhadas na Tabela 14, apresentaram tímido crescimento no 1º quadrimestre de 2017 em relação ao mesmo período do exercício anterior, com destaque para a variação positiva das receitas de Indenizações e Restituições e das Receitas de Contribuições. Cabe observar que a arrecadação das naturezas de receitas agrupadas nessa rubrica é influenciada por fatores imponderáveis, com exceção das receitas de Contribuições.

As Demais Receitas Correntes são detalhadas a seguir,

– **Receitas de Contribuições:** são receitas originárias das Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio de Servidores Ativos e Inativos Cíveis e sua variação está relacionada à folha de pagamento. No 1º quadrimestre de 2017, registraram desempenho positivo de + R\$ 373,38 milhões (204,8%) em relação ao mesmo período de 2016. A base comparativa dessas receitas, entre os períodos citados, encontra-se comprometida. O aparente crescimento deriva do fato de que, em 2016, o fluxo do recolhimento da receita de contribuições foi postergado, dada à grave situação financeira que o Estado do Rio de Janeiro atravessa. Entretanto, o fluxo de repasse dessas receitas, em 2017, segue o programado.

– **Receita de Serviços:** apresentou, no 1º quadrimestre, decréscimo de R\$ 5,84 milhões (- 5,9%), totalizando R\$ 92,68 milhões, cuja influência principal deve-se à queda combinada das Receitas de Serviços Financeiros, Administrativos, de Inspeção/Fiscalização e Serviços Educacionais.

– **Indenizações e Restituições:** apresentou variação positiva no quadrimestre de 890,0% (+ R\$ 305,15 milhões) em relação a 2016, influenciado pela realização de receitas extras, como já mencionado neste Boletim, pela transferência de recursos ao Tesouro do ERJ no valor de R\$ 250,00 milhões repatriados na apuração de infrações penais pelo Ministério Público Federal. Conforme recomendação daquele Órgão, o montante destinado ao RIOPREVIDÊNCIA permitiu regularizar integralmente o valor devido de 13º salário de 2016 a cerca de 142.000 servidores inativos e pensionistas que ganham até R\$ 3,2 mil.

– **Receita Industrial:** decresceu 51,4%, basicamente concentrado na arrecadação da Indústria de Produtos Farmacêuticos e Veterinários gerada pelo Instituto Vital Brazil (- R\$ 25,24 milhões).

– **Multas e Juros de Mora e Dívida Ativa:** a receita de Multas e Juros de Mora registrou redução de 27,8% (- R\$ 91,15 milhões), diretamente relacionada às Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS. A Dívida Ativa também registra desempenho idêntico, variação negativa de 71,6% (- R\$ 151,41 milhões) em relação ao quadrimestre do ano anterior, também relacionada ao ICMS.

– **Receitas Diversas:** receitas extraordinárias sem previsibilidade de estimativa, conforme expressa a sua classificação. Os valores apontados em 2016 e 2017 foram arrecadados pelo RIOPREVIDÊNCIA.

IV.I.3.1 Receita de Transferências

Quadrimestre: R\$ 2.108,72 milhões / - 3,6%

Tabela 15

RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2016/2017.

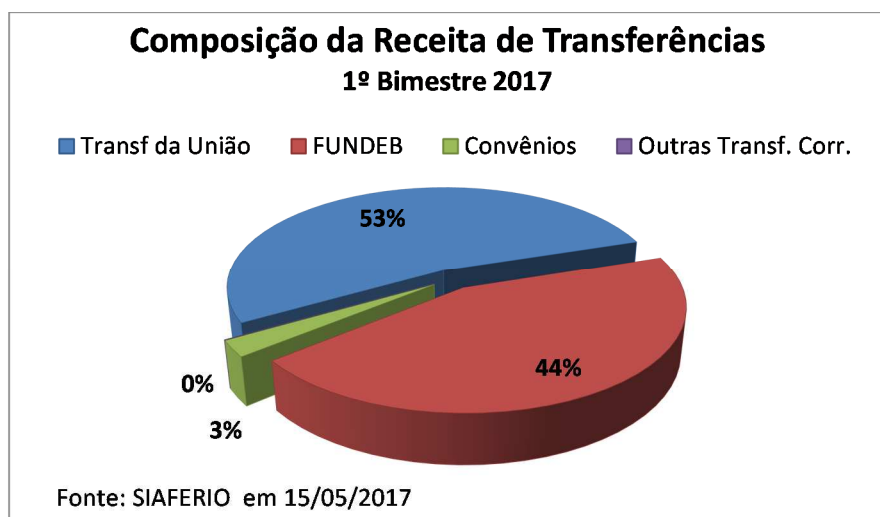
(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (JAN - ABR)		VAR %
	2016	2017	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS	2.188,57	2.108,72	-3,6%
Transf da União	1.185,89	1.124,19	-5,2%
FPE	406,71	460,67	13,3%
IPI exp	266,13	212,52	-20,1%
IOF	0,09	0,04	-57,7%
CIDE	36,62	40,93	11,8%
SUS	250,75	217,29	-13,3%
Salário Educação	158,14	148,07	-6,4%
Lei Kandir	28,59	28,59	0,0%
Outras Transf. da União	38,86	16,07	-58,7%
FUNDEB	927,01	932,24	0,6%
Convênios	75,55	52,32	-30,8%
Outras Transf. Corr.	0,11	-0,02	-115,1%

Fonte: SIAFERIO em 15/05/2017.

As Receitas de Transferências apresentaram decréscimo de 3,6% (- R\$ 79,84 milhões) no primeiro quadrimestre de 2017, se comparado ao mesmo período de 2016, por conta do desempenho negativo das Transferências da União, principalmente nas receitas do IPI-Exportação, do SUS e das outras de menor montante.

Gráfico 6



IV.I.3.2 Transferências da União

As Transferências da União foram responsáveis por aproximadamente 53,3% do total das Receitas de Transferências neste 1º quadrimestre de 2017, embora com redução de 5,2% (-R\$ 61,70 milhões) em relação ao mesmo quadrimestre de 2016. O bom desempenho demonstrado pelo FPE não foi suficiente para fazer frente à queda apresentada nos repasses do IPI-Exportação, do SUS, do Salário Educação e Outras Transferências da União.

– **FPE**¹³: O Fundo de Participação dos Estados, composto por 21,5% da arrecadação do IPI e do IR. Registrou resultado quadrimestral positivo, consequência da arrecadação do IR. A variação foi positiva em 13,3% (+ R\$ 53,96 milhões) em comparação ao mesmo período de 2016, refletindo o aumento dos recolhimentos de Participação nos Lucros e Resultados (negociação entre empresas e funcionários) e da arrecadação do setor público.

O resultado da receita na conta IPI-Exportação reflete o novo coeficiente dessa transferência.

–**IPI-EXP**: A Constituição de 1988 destina 10% da arrecadação do IPI aos Estados e ao Distrito Federal, “proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados”, como forma de compensação à desoneração das exportações. Cabe ao Tribunal de Contas da União a competência de estabelecer e divulgar os coeficientes de participação de cada Unidade da Federação¹⁴.

Nesse quadrimestre essa receita apresentou decréscimo de 20,1% (-R\$ 53,61 milhões) quando comparada ao mesmo período do ano anterior, reflexo da alteração do coeficiente de participação do Rio de Janeiro, de 18,05857% em 2016, para 14,94682% em 2017.

¹³ Fonte: Análise da Arrecadação das Receitas Federais de janeiro a abril de 2016, Receita Federal.

<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/arrecadacao/relatorios-do-resultado-da-arrecadacao/arrecadacao-2017/janeiro-2017/analise-mensal-jan-2017.pdf>

<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/arrecadacao/relatorios-do-resultado-da-arrecadacao/arrecadacao-2017/fevereiro2017/analise-mensal-fev-2017.pdf>

<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/arrecadacao/relatorios-do-resultado-da-arrecadacao/arrecadacao-2017/marco2017/analise-mensal-mar-2017.pdf>

<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/arrecadacao/relatorios-do-resultado-da-arrecadacao/arrecadacao-2017/abril2017/analise-mensal-abr-2017.pdf>

¹⁴ <http://portal.tcu.gov.br/comunidades/transferencias-constitucionais-e-legais/coeficientes-ipi-exportacao/>

-**SUS**: A transferência do SUS é o repasse mensal de valores diretamente do Fundo Nacional da Saúde (FNS) para os Estados e Municípios, independentemente de convênio ou instrumento similar, para financiamento de ações voltadas à Atenção Básica (PAB¹⁵ fixo¹⁶ e PAB variável¹⁷) e procedimentos de Média e Alta Complexidade.

Os repasses referentes ao SUS, no quadrimestre, apresentaram decréscimo de R\$ 33,46 milhões (- 13,3%), em linha com a redução identificada em outras transferências do Governo Federal.

- **OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO**: aqui incluídos, basicamente, os recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Econômico - FNDE (exceto o Salário-Educação), pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS). A arrecadação de R\$ 16,07 milhões no quadrimestre, 58,7% (- R\$ 22,79 milhões) menor que o arrecadado no mesmo período do ano passado, concentra o repasse de duas parcelas do FEX- Auxílio Financeiro da União, uma referente a 2015, transferida em abril de 2016, conforme Medida Provisória nº 720 de 29 de março de 2016.

- **CONVÊNIOS**: alcançaram R\$ 52,32 milhões, decréscimo de 30,8% (-R\$ 23,24 milhões) em relação ao mesmo quadrimestre do ano passado por conta da redução do repasse de Convênios da União, especialmente os registrados como Transferências Voluntárias.

¹⁵ Piso de Atenção Básica (PAB).

¹⁶ PAB fixo refere-se ao financiamento de ações de atenção básica à saúde. Os recursos são transferidos mensalmente, de forma regular e automática.

¹⁷ Destina-se a manutenção do Programa de Agentes Comunitários de Saúde, servindo o recurso para financiar os salários dos Agentes, bem como demais despesas decorrentes da manutenção do programa. São recebidas 13 parcelas durante o ano, sendo o incentivo adicional normalmente creditado no mês de dezembro.

IV.II Receitas de Capital

Quadrimestre: R\$ 863,68 milhões / - 5,8%

Tabela 16

RECEITA DE CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2016/2017.

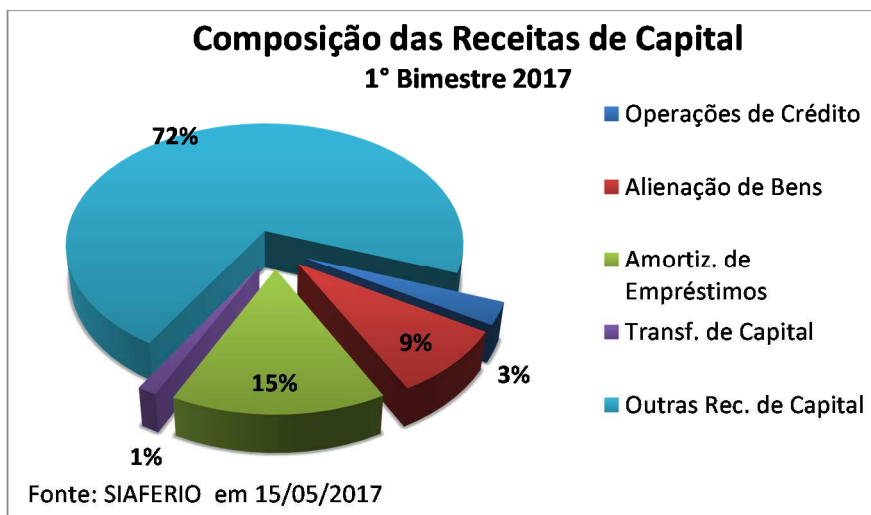
(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (JAN - ABR)		VAR %
	2016	2017	
REC. CAPITAL	916,38	863,68	-5,8%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	887,00	25,30	-97,1%
ALIENAÇÕES DE BENS	0,00	75,17	1708421,1%
AMORTIZ. DE EMPRÉSTIMOS	14,05	131,26	834,6%
TRANSF. DE CAPITAL	15,33	11,82	-22,9%
OUTRAS REC. DE CAPITAL	0,00	620,12	100,0%

Fonte: SIAFERIO em 15/05/2017.

As Receitas de Capital decresceram 5,8% (- R\$ 52,70 milhões) nesse quadrimestre, em relação ao mesmo período de 2016, em razão da acentuada redução de recursos provenientes de Operações de Crédito evidenciada na Tabela 16 e já comentada neste Boletim.

Gráfico 7



OPERAÇÕES DE CRÉDITO: frustração de 97,1% (- R\$ 861,70 milhões) relacionada à redução de recursos oriundos de Operações de Crédito Externas que financiaram Programas de Transporte, mais especificamente, a Linha 4 do Metrô.

AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS: crescimento de 834,6% (+ R\$ 117,22 milhões) no quadrimestre. Este resultado justifica-se na conta do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social (FUNDES) que, devido a ajustes na rotina contábil, por conta da implantação SIAFERIO, tiveram receitas registradas posteriormente - a partir de junho de 2016.

OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL: apresentou crescimento de 100% quando comparado ao primeiro quadrimestre de 2016. Trata-se de uma receita extemporânea de Depósitos Judiciais, no valor de R\$ 620 milhões, recebidos em fevereiro, oriundos do saque efetuado na conta de Depósitos Judiciais Tributários, nos termos da Lei 151/2015.

A receita relativa às operações de crédito direcionadas à racionalização dos sistemas de transporte urbano apresentou redução no ano de 2017.

V. Despesas do Estado do Rio de Janeiro

V.I Despesa Total

A Tabela 17 mostra as despesas do ERJ no seu aspecto mais genérico, aqui consideradas também as intra-orçamentárias.

Inicialmente, a LOA fixou as despesas do Poder Executivo em R\$ 69,60 bilhões.

Ao fim do 1º quadrimestre, com o registro das alterações no orçamento, a dotação alcançou R\$ 69,78 bilhões. Desse valor, R\$ 22,50 bilhões (32,2%) encontram-se contingenciados, medida de controle que orienta as despesas orçamentárias de acordo com o atual panorama econômico.

Neste primeiro quadrimestre, aproximadamente R\$ 19,50 bilhões já foram empenhados pelos órgãos que compõem a estrutura administrativa do Poder Executivo (41,2% do orçamento disponível).

Para os Demais Poderes, a despesa inicialmente fixada foi de R\$ 8,11 bilhões. A dotação atual permaneceu neste mesmo valor, havendo somente um remanejamento entre as despesas intraorçamentárias e as despesas que não são intraorçamentárias. Do montante total das despesas planejadas para os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, para o Ministério do Público e para o Tribunal de Contas já foram empenhados R\$ 3,87 bilhões, o equivalente a 47,7% do orçamento disponível.

Tabela 17– Execução da Despesa Total

R\$ Milhões

EXECUÇÃO DA DESPESA TOTAL - 1º QUADRIMESTRE							
PODER EXECUTIVO							
ANO	TIPO	LOA	DOTAÇÃO ATUAL	CONTING.	DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
2016	DESPESA SEM INTRA	68.363	71.580	17.462	54.118	19.693	16.995
	DESPESA INTRA	3.395	4.484	1.367	3.116	975	917
	DESPESA TOTAL	71.758	76.064	18.829	57.235	20.668	17.912
2017	DESPESA SEM INTRA	65.909	64.003	21.428	42.575	16.833	15.575
	DESPESA INTRA	3.688	5.779	1.074	4.705	2.670	2.612
	DESPESA TOTAL	69.597	69.782	22.502	47.280	19.503	18.187
OUTROS PODERES							
ANO	TIPO	LOA	DOTAÇÃO ATUAL	CONTING.	DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
2016	DESPESA SEM INTRA	7.404	7.597	0	7.597	3.473	1.872
	DESPESA INTRA	738	898	0	898	500	232
	DESPESA TOTAL	8.143	8.495	0	8.495	3.973	2.105
2017	DESPESA SEM INTRA	7.379	7.407	0	7.407	3.520	1.839
	DESPESA INTRA	733	706	0	706	352	200
	DESPESA TOTAL	8.113	8.113	0	8.113	3.872	2.040

Fonte: SIAFE Rio / Flexvision

Obs: Dados extraídos em 17/05/2017

V.II Créditos Adicionais

Neste primeiro quadrimestre, quando consideramos o orçamento total incluindo as despesas intra-orçamentárias, devido a uma reclassificação realizada nesse exercício, aproximadamente R\$ 185 milhões foram suplementados no orçamento, representando um acréscimo de 0,2% da dotação inicial.

Avaliando as alterações registradas pelos dois grupos de recursos (Recursos do Tesouro e Demais Fontes), verificou-se que o aumento da dotação inicial na Fonte Tesouro chegou a quase R\$ 1 milhão, enquanto as Demais Fontes sofreram acréscimo de R\$ 184 milhões.

Analisando as alterações por suas respectivas Fontes de Recursos (FR), verificou-se que não houve nenhuma expansão da FR 111 (Operações de Crédito) devido ao impedimento de novas contratações de operações de crédito, tendo em vista que os limites estabelecidos pela LRF com a dívida pública foram ultrapassados. Enquanto nas Demais Fontes, os Recursos Próprios (FR 230 e 232) totalizaram R\$ 148 milhões (incluindo R\$ 37 milhões dessa FR classificada dentro das despesas intra-orçamentárias), equivalendo a 80,2% do total suplementado. A Tabela 18 apresenta as alterações orçamentárias incluídas no orçamento do Estado, incrementos financiados essencialmente pelas demais fontes de recursos.

Num recorte por função governamental, o maior acréscimo ocorreu na função Encargos Especiais: R\$ 1,14 bilhão de Fonte Tesouro na sua totalidade. Todo esse montante foi alocado em Restituições de Recursos de Terceiros. A função apresentou aumento de 11,1% em seu orçamento original.

Na função Essencial à Justiça, R\$ 148 milhões foram acrescidos no orçamento somente por meio de Recursos das Demais Fontes. No tocante às ações desenvolvidas, a maior variação ocorreu na Manutenção das Atividades Operacionais e Administrativas (incremento de R\$ 125,03 milhões) e no projeto de Ampliação e Modernização das Unidades da PGE (crescimento de R\$ 18,54 milhões).

Por fim, a Saúde também apresentou resultados a serem destacados na análise. A função registrou incremento de R\$ 18 milhões, dos quais R\$ 21 milhões foram de Fonte Tesouro com supressão de R\$ 3 milhões nas Demais Fontes. O ajuste suplementou em R\$ 14 milhões a Manutenção de Atividades Operacionais e Administrativas, em R\$

Tabela 18– Alterações Orçamentárias

R\$ Milhões

ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - 1º QUADRIMESTRE			
FR	LOA	CRÉDITOS ADICIONAIS	DOTAÇÃO ATUAL
TESOURO	53.899	-1.997	51.902
OP. CRÉDITO	1.851	0	1.851
DEMAIS FONTES	19.390	119	19.508
RECURSOS PRÓPRIOS	4.614	111	4.724
OUTRAS	14.776	8	14.784
TOTAL*	73.289	-1.879	71.410
Despesas Intraorçamentárias	4.421	2.063	6.485
TESOURO	4.101	1.998	6.099
DEMAIS FONTES	320	65	386
TOTAL GERAL**	77.710	185	77.895

Fonte: SIAFE Rio / Flexvision

Obs: Dados extraídos em 17/05/2017

*Exclui CEDAE, Imprensa Oficial e despesas intra-orçamentárias

**Total Geral incluindo despesas intra-orçamentárias.

Tabela 19 – Funções

R\$ Milhões

ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - JAN A ABR 2017		
PRINCIPAIS FUNÇÕES	FR	CRÉDITOS ADICIONAIS
ENCARGOS ESPECIAIS	Tesouro	1.140
	Demais Fontes	0
ESSENCIAL À JUSTIÇA	Tesouro	0
	Demais Fontes	148
SAÚDE	Tesouro	21
	Demais Fontes	-3
SUBTOTAL		1.307
OUTRAS DEMANDAS		-1.122
TOTAL		185

Fonte: SIAFE Rio / Flexvision

Obs: Dados extraídos em 17/05/2017

*Exclui CEDAE, Imprensa Oficial.

**INCLUI DESPESA INTRA-ORÇAMENTÁRIA.



8,97 milhões o Fortalecimento do Programa Estadual de Transplantes (PET) e em R\$ 8,58 milhões a ação de Assistência em Unidades de Tratamento Intensivo para Crianças no Período Neonatal.

A Tabela 19 apresenta as principais alterações orçamentárias ocorridas nas funções contidas no orçamento.

V.III Despesas por Grupo

Este tópico analisa os gastos pela ótica da Categoria Econômica (Corrente ou Capital) e pelo Grupo de Despesa, classificações que proporcionam uma melhor visibilidade das ações executadas.

A Tabela 20 apresenta os dados apurados neste 1º quadrimestre comparando-os com os do último ano.

A Categoria das Despesas Correntes, grupo que engloba as despesas de Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida e Outras Despesas Correntes, foi responsável por 96,6% (R\$ 16,82 bilhões) do total liquidado até abril. O grupo de Outras Despesas Correntes é composto pelas despesas constitucionais e legais (transferências obrigatórias de recursos aos municípios e o pagamento de encargos com o Governo Federal) e pelo custeio da máquina.

A Categoria das Despesas de Capital (Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida) executou R\$ 593 milhões, o equivalente a 3,4% do total liquidado pelo ERJ nesse primeiro quadrimestre.

Cabe ressaltar que as despesas intraorçamentárias foram excluídas no processamento dos dados selecionados.

Nos próximos tópicos serão averiguados os gastos, as variações e as justificativas apresentado por cada grupo de despesa.

Tabela 20 – Despesas por Grupo

R\$ Milhões

CATEGORIA ECONÔMICA	GRUPO	1º QUADRIMESTRE		
		2016	2017	Varição %
CORRENTE	1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.657	12.449	-1,6%
	1.1 - DESPESAS COM ATIVOS	6.136	5.984	-2,5%
	1.1.1 - PODER EXECUTIVO	4.803	4.685	-2,5%
	1.1.2 - OUTROS PODERES	1.332	1.300	-2,4%
	1.2 - DESPESAS COM INATIVOS**	4.926	4.846	-1,6%
	1.2.1 - PODER EXECUTIVO	4.053	4.013	-1,0%
	1.2.2 - OUTROS PODERES	873	833	-4,6%
	1.3 - DESPESAS COM PENSIONISTAS**	1.596	1.618	1,4%
	2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	973	547	-43,8%
	3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES**	3.580	3.826	6,9%
	3.1 - DESPESAS DE CUSTEIO	2.835	2.814	-0,7%
	3.1.1 - PODER EXECUTIVO	2.332	2.294	-1,6%
	3.1.2 - OUTROS PODERES	503	520	3,4%
	3.3 - TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS	744	1.012	36,0%
3.3.1 - ENC. COMA UNIÃO / ROYALTIES (EGE)	744	1.012	36,0%	
TOTAL CORRENTE	17.209	16.821	-2,3%	
CAPITAL	4 - INVESTIMENTOS	845	75	-91,1%
	4.1 - PODER EXECUTIVO	808	56	-93,1%
	4.2 - OUTROS PODERES	37	19	-48,2%
	5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	2	,12	-93,8%
	6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	811	517	-36,2%
TOTAL CAPITAL	1.658	593	-64,2%	
TOTAL GERAL	18.867	17.414	-7,7%	

Fonte: SIAFE Rio / Flexvisión

Obs: Dados extraídos em 17/05/2017

*Exclui CEDAE, Imprensa Oficial e despesas intra-orçamentárias

**Em 2016, Inativos e Pensionistas estavam no Grupo de Despesa 3 de Outras Despesas Correntes. A partir de 2017, esses valores passaram a constar o Grupo de Despesa 1 de Pessoal. Representamos tudo no Grupo de Despesa 1 para facilitar a comparação.

➤ **Despesas de Pessoal**

A Tabela 21 examina as despesas com pessoal em relação às áreas que concentram os maiores dispêndios. No acumulado foram liquidados R\$ 12,45 bilhões, montante 1,6% inferior (-R\$ 208,27 milhões) ao valor registrado no mesmo período de 2016. Quando consideradas as despesas intraorçamentárias (R\$ 950 milhões), o gasto do grupo alcança o patamar de R\$ 13,40 bilhões, reflexo dos gastos com obrigações patronais.

No âmbito geral, o grupo apresentou queda na despesa executada (-1,6%) em decorrência da dificuldade econômica que o Estado vem enfrentando. Diante da incerteza sobre a realização das principais receitas estaduais, devido ao cenário econômico nacional, a administração vem adotando medidas de contenção dos gastos públicos, inclusive as despesas com pessoal.

No âmbito do Poder Executivo, as áreas/funções que apresentaram maior gasto no grupo foram: Previdência Social, Segurança Pública e Educação. Juntas, essas três funções foram responsáveis por 78,5% (R\$ 9,77 bilhões) do total liquidado, desconsideradas as despesas intraorçamentárias. Desse montante, R\$ 4,48 bilhões (45,8%) foram assegurados com FR 100 (Ordinários Provenientes de Impostos).

Nas Demais Áreas, as despesas liquidadas somaram R\$ 2,67 bilhões até o quadrimestre, apresentando um crescimento de 0,9% (+24,12 milhões) frente ao mesmo período de 2016.

Por fim, os gastos realizados pelos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas representaram 10,4% do montante liquidado até abril: R\$ 1,30 bilhão, financiado com recursos do Tesouro (FR 100).

Tabela 21 – Despesas de Pessoal

FUNÇÃO	1º QUADRIMESTRE		VARIÇÃO
	2016	2017	%
Previdência Social	6.534	6.477	-0,9%
Segurança Pública	2.199	2.181	-0,8%
Educação	1.274	1.117	-12,3%
*Demais Áreas	2.650	2.674	0,9%
Subtotal	12.657	12.449	-1,6%
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	961	950	-1,2%
TOTAL GERAL	13.618	13.398	-1,6%

Fonte: SIAFE-Rio

Obs.: Dados extraídos 17/05/2017

Exclui despesas intraorçamentárias / Exclui CEDAE e IMPRENSA

*Em 2017 a despesa com Inativos foi reclassificada e passou, a ser executada no Grupo de Pessoal e Encargos Sociais.

No âmbito da Função Educação, R\$ 688,65 milhões (61,6%) das despesas registradas no grupo de Pessoal e Encargos Sociais foram assegurados com recursos do FUNDEB.

➤ **Outras Despesas Correntes**

A Tabela 22 a seguir demonstra os custos de manutenção do Estado neste 1º quadrimestre comparativamente ao mesmo período de 2016.

No acumulado, o grupo apresentou uma despesa total de R\$ 3,83 bilhões. Quando comparada ao mesmo período de 2016, houve uma variação positiva de 6,9%, ou, +R\$ 246,72 milhões.

No tocante às funções governamentais, em 2017, observa-se um crescimento considerável na função Previdência Social decorrente da contabilização de +R\$ 738,90 milhões da cessão de ativos futuros (Royalties do Petróleo) como despesa orçamentária, por determinação do Tribunal de Contas do Estado RJ – TCE-RJ, a fim de manter a uniformidade de critérios de registro e melhorar a transparência dos atos de gestão, em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16.5).

Ainda no âmbito da função Previdência Social, vale ressaltar que neste exercício, de 2017, a despesa com a folha de pagamento de inativos e pensionistas foi reclassificada e passou a ser realizada no grupo de Pessoal e Encargos Sociais, outrora executada no grupo de Outras Despesas Correntes.

Outra variação positiva verificada na execução do custeio do Estado se refere à função Encargos Especiais (+7,2%). Essa variação foi devido ao comportamento das receitas de royalties de petróleo, neste início de ano, o que possibilitou a execução da despesa com Encargos com a União (Indenização paga à União com recursos de Royalties).

Em outras funções do governo, conforme demonstra a Tabela 22, percebem-se variações menores, em virtude das medidas de redução dos gastos públicos. Ainda assim a Saúde conseguiu se destacar sobre as outras funções com a execução de R\$ 485,32 milhões destinados, na sua maior parte (75,4%; R\$ 365,69 milhões), para a operacionalização dos serviços de saúde nas diversas UPA's e Hospitais Estaduais no ERJ.

Tabela 22 – Função Governamental

FUNÇÃO	1º QUADRIMESTRE		VARIÇÃO
	2016	2017	%
Saúde	848.904.370	485.317.282	-42,8%
Educação	269.666.123	259.824.438	-3,6%
Segurança Pública	268.206.986	223.562.946	-16,6%
Demais Despesas de CUSTEIO	1.029.873.159	861.467.969	-16,4%
Subtotal CUSTEIO	2.416.650.637	1.830.172.635	-24,3%
PREVIDÊNCIA SOCIAL	39.960.925	791.775.172	1881,4%
ENCARGOS ESPECIAIS	1.122.990.823	1.204.376.526	7,2%
TOTAL	3.579.602.386	3.826.324.333	6,9%

Fonte: SIAFE-Rio

Obs.: Dados extraídos 17/05/2017

Exclui despesas intraorçamentárias / Exclui CEDAE e IMPRENSA

*Em 2017 a despesa com Inativos foi reclassificada e passou, a ser executada no Grupo de Pessoal e Encargos Sociais.

Num contexto mais amplo, as dificuldades enfrentadas pelo ERJ nesse exercício têm impactado a capacidade de manutenção de determinadas ações. Entretanto, a administração vem tentando manter a execução dos principais programas nos mesmos níveis anteriores de aceitação e amenizando o impacto sobre o público alvo.

➤ Investimentos e Inversões Financeiras

Em virtude das incertezas sobre a gestão pública e da política econômica em curso, somado ao elevado nível de endividamento do Estado, reduzindo o fluxo de desembolsos de operações de crédito, em 2017, os investimentos caíram 91,1% (-R\$ 771,57 milhões).

Ainda assim, conforme Tabela 23 a administração realizou neste período de janeiro a abril de 2017 um total de R\$ 75,34 milhões, e neste rol de ações desenvolvidas, aquelas que tiveram destaque foram:

- As obras de construção e reforma das edificações do Poder Judiciário – R\$ 15,07 milhões;
- Melhoria da Infraestrutura Hidráulica dos Corpos Hídricos – R\$ 13,77 milhões. Aqui se encontram projetos como o Programa Rio Limpo (limpeza dos leitos e margens de diversos rios do ERJ) e Baía Sem Lixo (coleta de lixo flutuante na Baía de Guanabara);
- Qualificação e aperfeiçoamento da Rede de Atendimento à Juventude – R\$ 11,09 milhões. Uma ação desenvolvida pela Secretaria de Estado de Esporte, Lazer e Juventude (SEELJE) com o objetivo de apresentar novas perspectivas de futuro para a juventude com a inclusão social de jovens de comunidades em situação de risco social.

Vale lembrar que o patamar de investimentos alcançado no 1º quadrimestre de 2016 foi decorrente da conclusão das obras da Linha 4 do Metrô, compromisso olímpico assumido.

Tabela 23 - Investimentos e Inversões Financeiras

AÇÕES	Em R\$		Variação %
	1º QUADRIMESTRE 2016	2017	
Construção, Reforma, Instalações e Segurança das Edificações do Poder Judiciário	9.048.241	15.071.080	66,6%
Melhoria da Infraestrutura Hidráulica dos Corpos Hídricos	1.895.825	13.772.977	626,5%
Qualificação e Aperfeiçoamento da Rede de Atendimento à Juventude	3.933.633	11.086.791	181,8%
Implantação, Restauração e Melhoria de Rodovias.	-	6.828.052	
Saneamento Ambiental nos Municípios Entorno da Baía de Guanabara	25.004.507	6.280.450	-74,9%
Fortalecimento da Gestão Participativa das Águas	1.318.897	4.671.348	254,2%
SUBTOTAL	41.201.103	57.710.698	40,1%
DEMAIS AÇÕES	805.708.854	17.631.730	-97,8%
TOTAL GERAL	846.909.958	75.342.428	-91,1%

Fonte: SIAFE-Rio

Obs.: Dados extraídos 17/05/2017

Exclui despesas intraorçamentárias / Exclui CEDAE e IMPRENSA



V.IV - Cumprimento das despesas vinculadas aos índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ¹⁸, FECAM¹⁹ e FEHIS²⁰.

A Tabela 24 ao lado, apresenta os percentuais verificados pelos índices constitucionais e legais com base na arrecadação da receita e a liquidação das despesas acumuladas de 2016 e 2017.

Ressalta-se que para fins legais a apuração destes índices é realizada ao fim do exercício. O acompanhamento ao longo do ano e a divulgação de tais resultados por meio deste Boletim de Transparência tem a finalidade de balizar a gestão orçamentária e financeira para o cumprimento dos percentuais.

A apuração dos índices leva em consideração as receitas e despesas previstas pela respectiva legislação: para os Índices de Educação e Saúde são contabilizados os recursos provenientes da arrecadação de impostos e das transferências recebidas pelo Estado e as despesas por eles financiados; para o Índice da FAPERJ a receita base são os recursos líquidos de impostos (subtraídos das transferências aos municípios) deduzidos dos montantes equivalentes à aplicação em Educação e Saúde; para o FECAM, a aplicação mínima em gastos com meio ambiente é igual a 5% dos recursos de royalties oriundos da exploração dos campos de pós-sal, mais 10% do pré-sal; e, por fim, para o FEHIS, o mínimo equivale a 10% dos recursos provenientes do Fundo de Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais – FECP –, receita tributária que incide adicionalmente ao ICMS.

As receitas tributárias dos Índices Constitucionais da Saúde e Educação apresentaram ligeiro crescimento em relação ao mesmo período do ano passado. A única receita com um crescimento de grande relevância ficou por conta dos recursos provenientes da Participação Especial da produção de petróleo, que afetam diretamente o índice do FECAM. No caso das demais, houve

Tabela 24– Execução dos Índices Constitucionais

R\$ Milhares

EXECUÇÃO ÍNDICES CONSTITUCIONAIS			
PERÍODO	1º QUADRIMESTRE		Variação %
	2016	2017	
EDUCAÇÃO			
RECEITA BASE	12.166.364	12.806.409	5,3%
DESPESA LIQUIDADADA	2.841.122	2.556.410	-10,0%
Uos	806.535	666.394	-17,4%
FUNDEB	2.034.587	1.890.016	-7,1%
MÍNIMO A SER APLICADO (25%)	3.041.591	3.201.602	5,3%
% ÍNDICE	23,4%	20,0%	-3,4%
Saúde			
RECEITA BASE	12.166.276	12.806.372	5,3%
DESPESA LIQUIDADADA*	821.062	549.802	-33,0%
MÍNIMO A SER APLICADO (12%)	1.459.953	1.536.765	5,3%
% ÍNDICE	6,7%	4,3%	-2,5%
FAPERJ			
RECEITA BASE	7.273.344	5.367.674	-26,2%
DESPESA LIQUIDADADA	29.892	33.431	11,8%
MÍNIMO A SER APLICADO (2%)	145.467	107.353	-26,2%
% ÍNDICE	0,4%	0,6%	0,2%
FECAM			
RECEITA BASE	1.115.810	1.399.289	25,4%
DESPESA LIQUIDADADA**	11.346	1.435	-87,4%
MÍNIMO A SER APLICADO	55.790	69.964	25,4%
% ÍNDICE	1,0%	0,1%	-0,9%
FEHIS			
RECEITA BASE	1.162.526	1.073.926	-7,6%
DESPESA LIQUIDADADA	25.906		-100,0%
UOS	8.106		-100,0%
Aluguel Social	17.800		-100,0%
MÍNIMO A SER APLICADO (10%)	116.253	107.393	-7,6%
% ÍNDICE	2,2%	0,0%	-2,2%

Fonte: SIAFE Rio / Flexvision

Obs: Dados extraídos em 17/05/2017

1. Valor da Despesa Liquidada

* Inclui o valor da FR 23 - Gestão de Saúde

** Desconto o valor de RP Processado Cancelado inscritos nos últimos 5 anos.

¹⁸ FAPERJ- Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

¹⁹ FECAM- Fundo Estadual de Conservação Ambiental

²⁰ FEHIS- Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social

frustração na entrada destes recursos, principalmente na Receita Base da FAPERJ.

Uma análise apenas dos percentuais aplicados neste primeiro quadrimestre mostra um ritmo de execução ainda mais lento do que o ocorrido em 2016.

A seguir, os gastos correspondentes aos índices serão tratados detalhadamente, de forma a esclarecer como o Estado está aplicando obrigatoriamente tais recursos.

➤ Educação

Nesse primeiro quadrimestre do ano, o índice Educação apontou para uma aplicação de 20,0% da receita base. Dos R\$ 3,20 bilhões a aplicar, o Estado alocou R\$ 2,56 bilhões em despesas, sendo R\$ 1,89 bilhão repassados ao FUNDEB. Comparativamente ao mesmo período de 2016, registrou-se uma pequena queda no grau de execução por conta das medidas que estão sendo adotadas para a melhoria dos gastos públicos.

A Tabela 25 demonstra a despesa executada por grupo de despesa no índice.

A despesa total liquidada alcançou R\$ 2,56 bilhões, uma variação negativa de 10,0% (-R\$ 284,71 milhões), reflexo dos procedimentos que estão sendo adotados pelos órgãos visando o equilíbrio financeiro do Estado. Nas despesas de pessoal, boa parcela (54%) foi financiada com recursos provenientes do retorno do FUNDEB.

As Outras Despesas Correntes, quando comparada ao montante apurado em 2016 apresentou uma variação negativa de 15,9% (-R\$ 22,3 milhões). Este quadrimestre abrange os meses iniciais do exercício apresentando um ritmo lento de execução. Observa-se ainda o efeito das medidas de contenção de gastos e de otimização dos recursos adotados pelos órgãos em função da capacidade arrecadatória do Estado. Para evitar descontinuidade ou piora na qualidade dos serviços prestados, compensando a baixa capacidade de pagamento do Tesouro Estadual, boa parte das despesas de custeio das atividades da SEEDUC estão sendo financiadas com recursos da FR 105 (Salário Educação), cujos gastos não são contabilizados no índice.

Tabela 25 – Aplicação no Índice

Em R\$ Milhares

GRUPO DE DESPESA	APLICAÇÃO NA FUNÇÃO		Variação %	Participação em 2017
	1º QUADRIMESTRE			
	2016	2017		
Pessoal	1.503.499	1.323.816	-12,0%	51,6%
FR TESOIRO	729.213	608.583	-16,5%	
FUNDEB (retorno)	774.286	715.233	-7,6%	
Outras Desp. Correntes	141.252	118.854	-15,9%	4,6%
FR TESOIRO	77.028	57.811	-24,9%	
FUNDEB (retorno)	64.224	61.043	-5,0%	
Investimento/Inversões	294		-100,0%	
SUB TOTAL	1.645.045	1.442.670	-12,3%	
FUNDEB (Perda Líquida)	1.210.473	1.124.241	-7,1%	43,8%
TOTAL GERAL	2.855.518	2.566.911	-10,1%	100,0%

Fonte: SIAFE-RIO FLEXVISION

Obs: Dados extraídos em 17/05/2017

*Nesta Tabela, estão incluídos os valores de rendimento de aplicação financeira do FUNDEB, não contabilizados para fins de apuração do índice. (2016: 14,39 milhões / 2017: 10,5 milhões)

A Tabela 26 demonstra a distribuição da despesa do índice por Unidade Orçamentária do ERJ, além da análise das maiores participações executadas neste 1º quadrimestre.

Tabela 26 – Distribuição do Índice por UO

Em R\$

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS*	DISTRIBUIÇÃO DO ÍNDICE POR UO		Variação %	Participação
	1º QUADRIMESTRE			
	2016	2017		
SEEDUC - Secretaria de Estado de Educação	225.471.688	213.527.917	-5,3%	8,4%
DEGASE - Depart.Geral Ações Socio-Educat.	56.785.145	51.860.137	-8,7%	2,0%
UERJ - Fundação Universidade do Estado do RJ	274.126.338	274.694.275	0,2%	10,7%
FAETEC - Fund de Apoio à Escola Técnica do Est do R.	187.187.393	69.343.292	-63,0%	2,7%
UENF - Fund Univ Est Norte Fluminense Darcy Ribeiro	49.335.471	44.646.983	-9,5%	1,7%
CECERJ - Fund Centro Ciên Educ Sup Distân do Est RJ	8.302.402	7.152.455	-13,9%	0,3%
UEZO - Fund Centro Univers Estad da Zona Oeste	5.326.612	5.168.604	-3,0%	0,2%
Total das Unidades Orçamentárias**	806.535.049	666.393.663	-17,4%	26,1%
FUNDEB**	2.034.586.604	1.890.016.285	-7,1%	73,9%
TOTAL DO ÍNDICE	2.841.121.652	2.556.409.948	-10,0%	100,0%

Fonte: SIAFE-RIO FLEXVISION

Obs: Dados extraídos em 17/05/2017

* A participação de cada unidade orçamentária foi calculada com base no valor apurado em Total das Unidades Orçamentárias.

** Participação calculada com base no Total do Índice da Educação.

Neste quadrimestre, o somatório das despesas desembolsadas pelas unidades em 2017 apresentou uma variação negativa de 17,4% (-R\$ 140,14 milhões) em relação ao mesmo período de 2016. A Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC), mesmo com uma variação negativa de 5,3%, apresentou participação de 8,4% na composição do índice, com uma execução total de R\$ 213,53 milhões, quase que na sua totalidade com gasto em pessoal (R\$ 210,96 milhões).

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) neste período registrou uma variação positiva de 0,2% (+R\$ 567,94 mil). Este pequeno acréscimo foi desembolsado nos vencimentos e triênios concedidos em pessoal (+R\$ 6,11 milhões). No custeio porém, houve uma variação negativa (-R\$ 5,54 milhões) refletindo nesse resultado. No quadrimestre a participação da Universidade ficou em 10,7% do índice.

- A Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (FAETEC) teve uma pequena participação de 2,7% do total liquidado e apresentou a maior variação negativa em relação a 2016 – uma queda de 63,0% (-R\$117,84 milhões). Este fato deve-se a problemas operacionais ocorridos na Fundação que acarretaram num valor bem inferior ao liquidado em pessoal, fato que foi ajustado em meses posteriores ao fechamento deste Boletim.

➤ **Educação – Demais Fontes de Recursos**

A função Educação conta ainda com outras fontes de financiamento que são responsáveis por montantes significativos dentro do gasto total e que não são contabilizados para fins de cumprimento do Índice. Neste 1º quadrimestre foram totalizados R\$ 106,84 milhões.

A Tabela 27 ao lado discrimina por FR a aplicação desses recursos que, em relação ao 1º quadrimestre de 2016 registrou uma pequena variação positiva de 4,7% (+R\$ 4,75 milhões). Nesta tabela, observa-se uma variação positiva no Salário Educação (FR 105) com participação de 65,7% dos gastos, financiando fortemente despesas operacionais na SEEDUC.

O Salário Educação (FR 105), contribuição social arrecadada pela União e distribuída às Secretarias de Educação de Estados e Municípios através do FNDE, apresentou um acréscimo de 29,5% (+R\$ 19,79 milhões) em comparação ao mesmo período de 2016. Do montante aplicado neste quadrimestre (R\$ 86,83 milhões), R\$ 44,43 milhões foram alocados no Programa de Alimentação Escolar. Os outros R\$ 42,40 milhões foram consumidos por despesas inerentes à manutenção do funcionamento das escolas.

As despesas liquidadas por meio das Transferências da União (FR 224) apresentaram uma variação negativa de 28,8% (-R\$ 4,40 milhões). O valor aplicado foi executado integralmente na Secretaria de Educação (R\$ 10,88 milhões) referente às duas parcelas do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. O PRONATEC, programa desenvolvido pela FAETEC com recursos da FR 224 para atendimento a professores e alunos, não apresentou execução neste período devido à incorporação do Superávit Financeiro à dotação orçamentária da Fundação em período posterior ao 1º quadrimestre.

O mesmo aconteceu com as despesas alocadas com a FR 225 (SUS) aplicadas pela UERJ: houve variação negativa de 67,6% decorrente da não execução nos primeiros meses do quadrimestre. Essa FR foi efetivamente executada nos meses de março e abril num total de R\$1,89 milhão, direcionados à Operacionalização do Hospital Universitário Pedro Ernesto.

As despesas realizadas com Recursos Próprios (FR 230), com participação de 7,7% (R\$ 5,27 milhões), contribuíram basicamente na manutenção da UERJ e na operacionalização do curso superior à

Tabela 27 – Demais Fontes de Recursos

Em R\$

FR - FONTES NÃO TESOUREIRO	FUNÇÃO EDUCAÇÃO			
	1º QUADRIMESTRE		Variação %	Participação em 2017
	2016	2017		
SALÁRIO EDUCAÇÃO (FR 105)	67.041.662	86.828.927	29,5%	65,7%
TRANSF. VOLUNT. DA UNIÃO NÃO REFERENTES A CONVÊNIOS (FR 224)	15.271.489	10.875.067	-28,8%	15,0%
RECURSOS PRÓPRIOS (FR 230)	7.898.268	5.265.185	-33,3%	7,7%
SUS (FR 225)	5.820.861	1.887.474	-67,6%	5,7%
CONVÊNIOS (FR 212)	6.055.332	1.978.995	-67,3%	5,9%
TOTAL	102.087.613	106.835.648	4,7%	100,0%

Fonte: SIAFE-RIO FLEXVISION

Obs: Dados extraídos em 17/05/2017

1. Exclui despesas intra-orçamentárias, CEPERJ e FAPERJ

distância da Fundação CECIERJ / Consórcio CEDERJ, que beneficiou 40 mil pessoas em diversas graduações e atingiu polos em 31 municípios do ERJ.

➤ **SAÚDE**

No primeiro quadrimestre do exercício de 2017, a aplicação de recursos em ações direcionadas à Rede de Saúde Pública do ERJ foi negativa em 33% em relação ao ano passado, -R\$ 271,26 milhões, conforme demonstrado na Tabela 28

Tabela 28 – Aplicação do Índice por Grupo de Despesa

Em R\$

APLICAÇÃO DO ÍNDICE POR GD				
GRUPO DE DESPESA	1º QUADRIMESTRE		Variação %	Participação em 2017
	2016	2017		
Pessoal	306.091.476	313.380.599	2,4%	57,0%
Outras Desp. Correntes	514.506.847	236.421.653	-54,0%	43,0%
Amortização da Dívida	463.434	0	-100,0%	0,0%
TOTAL	821.061.757	549.802.252	-33,0%	100,0%

Fonte: SIAFE RIO/FLEXVISION

Obs: Dados extraídos em 17/05/2017.

O grupo de despesa de Outras Despesas Correntes participou na execução do índice com 43% das aplicações em Ações e Serviços de Saúde. Neste grupo de despesa foi constatado um decréscimo de 54% (-R\$ 278,09 milhões) em relação ao ano anterior. A análise das principais ações desenvolvidas nesse grupo no primeiro quadrimestre de 2017 será abordada abaixo conforme as destinações finais mais expressivas:

1- Assistência Ambulatorial e Hospitalar – investiu-se R\$ 193,58 milhões, dos quais R\$ 188,92 milhões foram direcionados para a Gestão de Serviços de Saúde, distribuídos nos Hospitais conforme Tabela 29 ao lado.

2- Apoio ao Hospital Universitário Pedro Ernesto – despesa realizada de R\$ 15,98 milhões, na qual foram repassados R\$ 5,15 milhões à Limpeza e Conservação; R\$ 2,91 milhões à Vigilância Ostensiva; R\$ 2,27 milhões em Apoio Administrativo, Técnico e Operacional; R\$ 1,9 milhão em Manutenção e Conservação de Bens Imóveis; dentre outras despesas.

Tabela 29 – Repasse para OS's

Em Milhões
R\$

REPASSE PARA AS OS's - 2017		
UNIDADES COM GESTÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	LOCALIZAÇÃO	JAN A ABR
HOSPITAL DA MULHER HELONEIDA STUDART	SÃO JOÃO DE MERITI	20,80
HOSPITAL ESTADUAL ALBERTO TORRES	SÃO GONÇALO	42,02
HOSPITAL ESTADUAL DA CRIANÇA	VILA VALQUEIRE	6,00
HOSPITAL ESTADUAL ADÃO PEREIRA NUNES	DUQUE DE CAXIAS	12,50
HOSPITAL ESTADUAL GETÚLIO VARGAS	PENHA	30,00
HOSPITAL ESTADUAL DO CÉREBRO	CENTRO RJ	13,00
HOSPITAL ESTADUAL AZEVEDO LIMA	NITERÓI	19,00
HOSPITAL ESTADUAL CARLOS CHAGAS	MARECHAL HERMES	1,50
HOSPITAL ROBERTO CHABO	ARARUAMA	4,00
HOSPITAL ESTADUAL DE SAQUAREMA	SAQUAREMA	6,00
INSTITUTO de ATENÇÃO BÁSICA e AVANÇADA à SAÚDE	BARRA DA TIJUCA	20,60
COMPLEXO REGIONAL MATERNIDADE E CLÍNICA DA MULHER	MESQUITA	19,00
CANCELAMENTO EM DIVERSOS HOSPITAIS		-5,50
TOTAL REPASSADO		188,92

Fonte: SIAFE RIO/FLEXVISION

Obs: Dados extraídos em 17/05/2017.

3- Execução do Contrato de Gestão – Fundação Saúde: aplicação de R\$ 5,28 milhões através da fonte de recursos 223. Desse montante, R\$ 2,30 milhões foram utilizados em Material Laboratorial e Material Hospitalar; R\$ 1,65 milhão no Apoio Administrativo, Técnico e Operacional; R\$ 568 mil em Medicamentos em Geral, dentre outras despesas de menor vulto.

4- Manutenção de Atividades Operacionais e Administrativas – gastos de R\$ 2,67 milhões, sendo R\$ 2,35 milhões com Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional, R\$ 45 mil com Manutenção e Conservação de Bens Imóveis e Operações de Sistema, dentre outros.

No grupo de Pessoal houve um decréscimo de 2,4% (-R\$ 7,29 milhões) em relação ao ano passado. Um reflexo dos ajustes realizados ao longo dos meses com o objetivo de reequilibrar as contas do ERJ.

A Tabela 30 abaixo evidencia a distribuição dos recursos do índice por unidade orçamentária do Estado.

O Fundo Estadual de Saúde – FES –, mesmo sendo o grande responsável pela execução no período (84,4%, R\$ 464,27 milhões), apresentou um decréscimo (-35,4%, ou seja, R\$ 254,43 milhões) frente ao executado no primeiro quadrimestre de 2016, devido à baixa execução orçamentária diante do atual cenário.

Tabela 30 – Distribuição do Índice por UO

Em R\$

DISTRIBUIÇÃO DO ÍNDICE POR UO				
UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	1º QUADRIMESTRE		Variação %	Participação em 2017
	2016	2017		
FES - Fundo Estadual de Saúde	718.704.148	464.271.235	-35,4%	84,4%
Fundação Saúde do Estado de Rio de Janeiro	89.243.866	85.531.017	-4,2%	15,6%
IVB - Instituto Vital Brasil S.A.	13.113.743	0	-100,0%	0,0%
TOTAL DO ÍNDICE	821.061.757	549.802.252	-33,0%	100,0%

Fonte: SIAFE RIO/FLEXVISION

Obs: Dados extraídos em 17/05/2017.

A Fundação Saúde do ERJ (UO 2942) exibiu um leve decréscimo em relação a 2016: variação negativa de R\$ 3,71 milhões (-4,2%). A execução da despesa na Fundação é contabilizada na FR 223 (Contratos Intraorçamentários de Gestão de Saúde), previamente

empenhada no FES com recursos do Tesouro, em favor da Fundação.

As despesas do Instituto Vital Brazil (IVB), utilizando os recursos do Tesouro, não foram executados pelo IVB, e sim, pelo FES, justificando o valor zerado apresentado nesse primeiro quadrimestre de 2017 na Tabela 30 acima. O FES executou, em programas de trabalho específicos, R\$ 1,09 milhão em Pessoal e Encargos Sociais do IVB e R\$ 88 mil em Apoio à Operacionalização do IVB. O restante da execução dessa unidade orçamentária, complementando os gastos com pessoal, manutenção da unidade e atividade fim, não foi contabilizado para o índice da saúde tendo em vista que foi realizada através dos recursos próprios (FR 230) do IVB.

Além dos recursos do Tesouro, a Função Saúde também é financiada com recursos de Outras Fontes, não contabilizados para fins de apuração do Índice Constitucional. A Tabela 31 abaixo discrimina o detalhamento da execução a partir de tais fontes.

Tabela 31 – Distribuição da Função Saúde nas Demais Fontes

Em R\$

FUNÇÃO SAÚDE				
FR - FONTES NÃO TESOURO	1º QUADRIMESTRE		Variação %	Participação em 2017
	2016	2017		
RECURSOS PRÓPRIOS (FR 230)	50.582.854	45.581.735	-9,9%	18,1%
SUS (FR 225)	288.362.871	205.912.183	-28,6%	81,9%
TOTAL	338.945.725	251.493.917	-25,8%	100,0%

Fonte: SIAFE RIO/FLEXVISION

Obs: Dados extraídos em 17/05/2017.

1. Exclui despesas intra-orçamentárias

Neste primeiro quadrimestre de 2017, as despesas financiadas com recursos do Sistema Único de Saúde (SUS - FR 225) representaram a maior parcela de aplicação na função saúde com 81,9% das fontes não Tesouro. Em relação a 2016, a participação de recursos do SUS apresentou variação negativa de 28,6%; -R\$ 82,45 milhões. Essa queda acompanhou uma leve diminuição do repasse das receitas do SUS pelo governo federal: nos quatro primeiros meses do ano de 2016, foram repassados R\$ 255,67 milhões, enquanto no mesmo período de 2017, somente R\$ 227,56 milhões foram transferidos ao ERJ; uma variação negativa de 11% nas receitas do SUS.

Do montante de R\$ 205,91 milhões executados na FR 225, R\$ 122,27 milhões foram direcionados para a Operacionalização das UPA's 24hs Estaduais; R\$ 49,76 milhões foram aplicados na

Assistência Ambulatorial e Hospitalar; R\$ 8,20 milhões foram para o Fortalecimento do Programa Estadual de Transplantes (PET); R\$ 7,03 milhões para a Assistência Farmacêutica Especializada; dentre outras despesas menores.

A utilização de recursos do SUS para o financiamento de boa parcela das despesas de saúde tem garantido a manutenção dos serviços básicos, compensando a baixa capacidade de pagamento do Tesouro Estadual neste período de crise.

➤ **FAPERJ**

A Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do ERJ (FAPERJ), órgão executor das ações na área de Ciência e Tecnologia, executou R\$ 33,43 milhões nesse primeiro quadrimestre, valor 11,8% superior ao mesmo período de 2016. Mesmo com as medidas que vêm sendo implementadas pelo Estado, ocorreu esse acréscimo voltado basicamente aos estudantes e pesquisadores na FAPERJ e aos fomentos de estudos e pesquisas desenvolvidos na UERJ, CECIERJ e UENF, correspondendo a 93,0% do total custeado pelo Tesouro.

A despesa liquidada neste primeiro quadrimestre pela Fundação representou 0,6% da receita base do índice arrecadada.

A Tabela 32 demonstra a execução do índice nas principais ações do ano.

Principal projeto desenvolvido nesse primeiro quadrimestre, a ação Apoio a Estudantes e Pesquisadores registrou uma variação positiva de 12,0% (+R\$ 2,10 milhões) nas despesas liquidadas. O projeto atende às demandas dos alunos com bolsas e auxílios nos programas de estágio de Doutorado, apoio ao Doutorado Pleno e Jovens Talentos.

Outro importante projeto executado – Fomento à Formação Superior à Distância através da CECIERJ – registrou variação positiva de 61,1% (+R\$ 1,78 milhão).

A ação Fomento para Estudos e Pesquisas através da UERJ desembolsou neste período, R\$ 4,02 milhões (+23,5%) e atende ao

Tabela 32 – Execução Orçamentária do Índice da FAPERJ

EM R\$

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
FUNTE TESOURO			
PROJETO/ATIVIDADE	JAN A ABR		Variação %
	2016	2017	
Apoio a Estudantes e Pesquisadores	17.524.080	19.627.390	12,0%
Fomento à Formação Superior à Distância - CECIERJ	2.917.041	4.699.116	61,1%
Fomento para Estudos e Pesquisas da UERJ	3.253.135	4.016.720	23,5%
Fomento para Estudos e Pesquisas da UENF	2.092.499	2.709.444	29,5%
Pessoal e Encargos Sociais	2.446.737	2.204.630	-9,9%
Manut Ativid Operacionais / Administrativas	1.500.024	141.045	-90,6%
Pagamento de Despesas com Serviços de Utilidade Pública	135.188	-	-100,0%
Fomento à Inovação Tecnológica	19.520	32.960	68,9%
Prestação de Ser.entre Órgãos Estaduais/ Aquis Comb. e Lubrificação	4.003	-	-100,0%
TOTAL	29.892.225	33.431.305	11,8%

Fonte: SIAFE-RIO FLEXVISION

Obs: Dados extraídos em 17/05/2017

Tabela 33 – Execução Orçamentária Outras Fontes FAPERJ

EM R\$

OUTRAS FONTES			
PROJETO/ATIVIDADE	JAN A ABR		Variação %
	2016	2017	
Apoio a Estudantes e Pesquisadores	218.812	-	-100,0%
TOTAL	218.812	-	-100,0%

Fonte: SIAFE-RIO FLEXVISION

Obs: Dados extraídos em 17/05/2017

PROATEC e PROCIÊNCIA, além do programa de Apoio à Pesquisa e Docência – PAPD. Este último realiza o aprimoramento de programas de ensino, de pesquisa, de extensão, de capacitação técnico-científica, além do intercâmbio científico e tecnológico entre a Universidade do Estado do Rio de Janeiro e outras instituições de ensino.

Em relação às despesas cobertas pelas Outras Fontes, não ocorreu desembolso em relação ao mesmo período de 2016 porque o Superávit Financeiro ainda não foi incorporado ao orçamento desse exercício (Tabela 33).

➤ **FECAM**

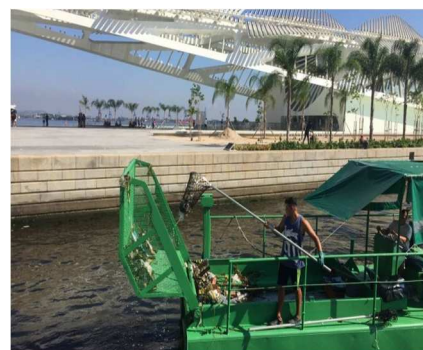
O Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (FECAM), responsável pela gestão de projetos de investimento direcionados para o setor de meio ambiente do ERJ, conta, a partir de norma estadual, com 5% dos recursos provenientes da indenização pela extração do petróleo e gás do ERJ e de 10% dos recursos, quando provenientes da camada do pré-sal.

Neste primeiro quadrimestre de 2017, o FECAM liquidou apenas R\$ 1,43 milhão, redução de 87,4% (-R\$ 9,91 bilhões) quando comparado ao mesmo período de 2016, ainda sem cumprir o mínimo estabelecido em norma legal, conforme apresentado na Tabela 24.

As ações realizadas em 2017 por meio dos recursos do Fundo estão descritas na Tabela 34 abaixo. Nela são apresentados os projetos desenvolvidos, assim como o órgão responsável pela execução e os valores liquidados até o momento.

A ação com maior expressividade no período foi Cidades Sustentáveis, um gasto de R\$ 800 mil (55,8% do total liquidado) para obras emergenciais de restauração e reforço da Ponte sobre o Rio Paraíba do Sul (RJ-115), que liga os municípios de Vassouras e Valença.

Verificam-se também, despesas com Melhorias de Infraestrutura de diversos cursos d'água do Estado do RJ, com o trabalho de recuperação de suas margens e seu desassoreamento – R\$ 495,12 mil (34,5% do total).



Recuperação das margens dos Rios

Tabela 34 - Índice FECAM

		Em R\$
ÓRGÃO EXECUTOR	AÇÃO / INVESTIMENTOS	1º QUADRIMESTRE
DER	3979 - Cidades Sustentáveis	800.000
INEA	3978 - Melhoria da infraestrutura Hidráulica dos Corpos Hídricos/FECAM	495.117
	3979 - Cidades Sustentáveis	72.760
	5452 - Desenvolvimento dos instrumentos de gestão ambiental	66.909
TOTAL GERAL		1.434.786

Fonte: SIAFE-Rio / Flexvision
Dados extraídos em 17/05/2017

➤ **FEHIS**

O Fundo Estadual de Habitação e de Interesse Social (FEHIS) é financiado com 10% dos recursos oriundos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECF – FR 22), aplicados na área de habitação. Até setembro de 2015, seus recursos vinham sendo executados de forma pulverizada pelos seguintes órgãos: Secretaria de Obras – SEOBRAS; Secretaria de Habitação – SEH; Instituto de Terras e Cartografia – ITERJ; Companhia Estadual de Habitação - CEHAB e Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos – SEASDH. A partir de outubro de 2015, por meio do Decreto Nº 45.410, foi criada a Unidade Orçamentária 1962 - Fundo Estadual de Habitação e de Interesse Social - FEHIS, em atendimento a Lei Estadual Nº 7.063, possibilitando um melhor acompanhamento da execução dos recursos do Fundo, uma vez que passaram a ser executados de forma centralizada.

Neste quadrimestre, a demora da abertura do Orçamento (final de fevereiro) ocasionou uma morosidade na execução de muitas das despesas financiadas com recursos do Tesouro Estadual. O FEHIS se encaixou nesse quadro, não conseguindo liquidar a despesa comprometida de R\$ 14,15 milhões desse período, mas que certamente acontecerá nos próximos meses.



Conjunto Residencial Gustavo Ernesto Bauer - Petrópolis



Conjunto Habitacional Cosmorama - Mesquita



BNH Correias/Petrópolis -



A Tabela 35 abaixo detalha a despesa financiada com recursos do Fundo. A Companhia Estadual de Habitação (CEHAB), como único órgão executor, as ações, os principais projetos e o montante empenhado em cada um deles no acumulado do quadrimestre.

Tabela 35 - Índice FEHIS

ORGÃO EXECUTOR	AÇÃO	PRINCIPAIS INVESTIMENTOS	1º QUADRIMESTRE
CEHAB	3526 - Produção de Unidades Habitacionais	Construção de 6 Blocos no Conjunto Habitacional ESTRADA SILVEIRA DA MOTTA (Petrópolis)	596.239
	3529 - Recuperação de Conjuntos Habitacionais	Recuperação da rede de esgoto e implantação de nova ETE no conjunto NEUZA BRIZOLA (Itaboraí)	478.454
		Recuperação de 11 blocos do Conjunto habitacional CIDADE DO SOM (Engenho da Rainha)	404.634
		Recuperação de 15 blocos do Conjunto Condomínio PARQUE RESIDENCIAL BERNARDO PROENÇA (Correas/Petropolis)	192.373
		Recuperação de 16 blocos do Conjunto Residencial GUSTAVO ERNESTO BAUER (Petrópolis)	365.183
		Recuperação de 21 blocos do Conjunto Habitacional D.PEDRO I (Três Rios)	265.316
		Recuperação de 30 blocos Conjunto habitacional COSMORAMA (Mesquita)	652.600
		Recuperação de 34 blocos do Condomínio CHÁCARA DA FLORA (Petrópolis)	475.908
		Recuperação de 36 blocos do Conjunto Habitacional PRÍNCIPE DO GRÃO PARÁ (Petrópolis)	303.857
		Recuperação de 70 blocos do Conjunto habitacional TERTULIANO POTYGUARA (Nova Iguaçu)	571.120
		Recuperação do Conjunto habitacional RIO GRANDE (Jacarepaguá)	428.076
	3530 - Urbanização de Assentamentos Irregulares	Obras de urbanização nos bairros de Curuzu, Cabuçu e São José (ITABORAÍ)	8.572.341
	3932 - Projetos Habitacionais a cargo do FNHIS	Obras de Infraestrutura de unidades habitacionais VARGEM ALEGRE I (Barra do Pirai) e Nova Conquista (Itatiaia)	843.845
	TOTAL		14.149.945

Fonte: SIAFE-Rio / Flexvision
Dados extraídos em 17/05/2017

VI – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

VI.1 Requisições Judiciais de Pagamento

Tabela 36

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS ATÉ DEZEMBRO DE 2016

R\$ Milhões

DESP. LIQUIDADADA (A)	COTA FIN. LIBERADA (B)	COTA FIN. UTILIZADA (C)	DESP. PAGA (D)
4.836	3.822	3.668	3.033
(B)/(A)	(C)/(A)	(C)/(B)	(D)/(C)
79,0%	75,8%	96,0%	82,7%

Fonte: SIAFE-RIO

Obs: Posição acumulada até dez/2016

Precatórios

Em dezembro de 2013, utilizando os recursos provenientes dos depósitos judiciais, na sistemática da Lei Complementar Estadual nº 147, de 27 de junho de 2013, o Estado quitou todos os precatórios pendentes até o orçamento de 2013.

Em 2014 e 2015, o Estado se manteve adimplente com os precatórios, quitando tempestivamente essas obrigações judiciais nos seus exercícios orçamentários.

Em 2016, o Estado não desembolsou recursos para pagamento dos precatórios. No entanto, foram realizados pagamentos pelo Tribunal de Justiça e Tribunal Regional do Trabalho com recursos repassados pelo Estado em exercícios anteriores.

Todavia, como não foram pagos todos os precatórios inscritos para o orçamento de 2016, o Estado retornou a situação de inadimplência.

Em 2017, no primeiro quadrimestre, não ocorreram pagamentos de precatórios.

Requisições de Pequeno Valor – RPV

No 1º quadrimestre de 2017 não foram depositadas requisições de pequeno valor pelo Tesouro Estadual.

Ressalta-se que o dispêndio direcionado ao adimplemento dessas obrigações não é definido pelo Estado, dado que essas requisições judiciais de pagamento, por seu valor de até 20 vezes o salário mínimo, estabelecido pela Lei 7.507, de 29 de dezembro de 2016, possuem rito de pagamento diferenciado, conforme § 3º, do art. 100, da Constituição Federal²¹.

²¹ O §3º, do art. 100, da Constituição Federal, dispõe o seguinte: "O disposto no caput deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado".

Total de Requisições Judiciais de Pagamento

Assim, no 1º quadrimestre de 2017, não ocorreram pagamentos de precatórios e requisições de pequeno valor pelo Tesouro Estadual.

VI.2 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispendio com a Dívida Pública

O Tesouro Estadual desembolsou, no 1º quadrimestre de 2017, R\$ 1,06 bilhões com o serviço da dívida²². A importância desembolsada foi 48,6% inferior ao valor pago no mesmo período do ano anterior.

Esta variação foi influenciada pela redução do serviço da dívida interna, que foi 50,2% inferior ao pago no 1º quadrimestre de 2016. Do total pago no 1º quadrimestre de 2017, R\$ 901,43 milhões foram referentes à dívida refinanciadas junto a União.

Além disso, o pagamento da dívida da Administração Indireta Honrada com recursos do Tesouro Estadual²³ alcançou R\$ 1,37 milhão, 57,2% inferior ao 1º quadrimestre de 2016.

Gráfico 8

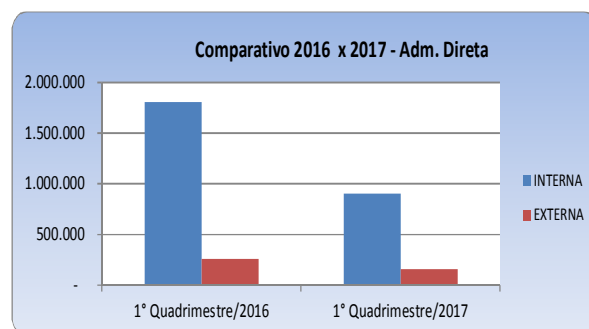


Tabela 37

R\$ mil

	1º Quad. 2016			1º Quad. 2017			Δ% do total
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	
ADM. DIRETA	947.403	1.117.649	2.065.052	515.041	545.991	1.061.032	-48,62%
INTERNA	755.313	1.052.976	1.808.289	409.366	492.059	901.425	-50,15%
EXTERNA	192.090	64.673	256.763	105.675	53.932	159.608	-37,84%
ADM. INDIRETA HONRADA	1.807	1.380	3.187	1.051	314	1.365	-57,18%
TOTAL	949.210	1.119.029	2.068.239	516.092	546.305	1.062.397	-48,63%

No tocante aos pagamentos da dívida externa, verifica-se uma redução de 37,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa queda foi decorrente da valorização do real frente ao dólar. Ressalta-se, contudo, que o montante pago de dívida externa representa apenas 15,0% do total de serviço pago.

²² Serviço da Dívida pago com as fontes do Tesouro Estadual.

²³ A Administração indireta honrada com recursos do Tesouro Estadual é formada pelas entidades que não têm recursos próprios para honrar suas dívidas. As demais entidades, como CODERTE e CEPERJ, por possuírem fontes de receitas próprias, não são citadas no quadro do serviço da dívida.

Dívida Financeira x Receita Líquida Real

No 1º quadrimestre de 2017, o estoque da Dívida Financeira alcançou R\$ 109,37 bilhões, 6,8% maior que o mesmo período do ano anterior.

O estoque da dívida interna cresceu 9,0%, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Parte desse aumento é justificada pela variação da CAM – Coeficiente de Atualização Monetária²⁴ e da taxa Selic²⁵.

Gráfico 9 – Composição por índices de

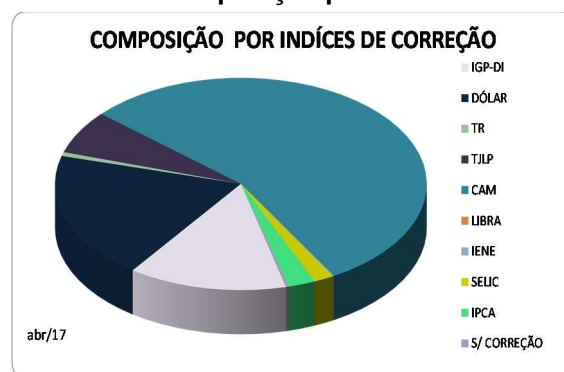


Tabela 38

R\$ mil

DÍVIDA FINANCEIRA X RECEITA LÍQUIDA REAL 2016			
	1º Quad. 2016	1º Quad. 2017	Δ %
DÍVIDA FUNDADA TOTAL	102.420.009	109.369.788	6,79%
INTERNA	89.345.841	97.408.727	9,02%
Dívida com a União	67.967.251	76.331.772	12,31%
Outras Dívidas Contratuais	21.378.589	21.076.956	-1,41%
EXTERNA	12.936.727	11.842.156	-8,46%
Com Aval do Tesouro Nacional	12.931.481	11.837.371	-8,46%
Mobiliária	5.246	4.784	-8,80%
ADM INDIRETA - CUSTEADA (F.TESOURO)	137.442	118.904	-13,49%
DÍVIDA FINANCEIRA	102.420.009	109.369.788	6,79%
RECEITA LÍQUIDA REAL (+) IGP-DI (*)	35.575.137	37.345.126	4,98%
RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RLR	2,88	2,93	1,72%

Valores a preços correntes.

(*) Valor do 1º Quad./17 provisório.

²⁴ A LC nº 148/2014, alterou o indexador do contrato de refinanciamento firmado no âmbito da Lei nº 9.496/97. A partir de 1º de janeiro de 2013, deverão ser aplicados, juros debitados mensalmente à taxa nominal de 4% ao ano e atualização monetária calculada pelo IPCA limitados à taxa SELIC. Para fins da limitação será comparada mensalmente a variação acumulada do IPCA, acrescida de juros nominais de 4% ao ano, com a variação acumulada da taxa Selic. A Secretaria do Tesouro Nacional divulga, mensalmente, no sítio seu eletrônico, o coeficiente de atualização monetária – CAM

²⁵ De acordo com a cláusula quinta do contrato de Assunção de Dívidas do BERJ, segundo maior contrato do Estado, em caso de descumprimento das obrigações contratuais, haverá a substituição dos encargos financeiros PREVISTOS (igp-di+6%) por encargos equivalentes ao custo médio e captação da dívida mobiliária interna do Governo Federal, acrescidos de juros moratórios de 1% a.a. (um por cento ao ano).

O estoque da dívida externa, que corresponde a 10,8% do total da dívida financeira, encerrou o 1º quadrimestre de 2017 com saldo de R\$ 11,84 bilhões, ou seja, 8,5% inferior ao 1º quadrimestre de 2016, consequência da valorização do real frente ao dólar²⁶.

O saldo devedor da dívida da Administração Indireta fechou o 1º quadrimestre de 2017 em R\$ 118,90 milhões, representando uma redução de 13,5% em relação ao saldo verificado em abril de 2016.

Perfil da Dívida Financeira

A parcela pré-fixada da Dívida Financeira representou 81,1% do estoque. Desse montante, 87,8% está vinculado a taxas de juros fixadas entre 4,1% e 6,0%. A taxa média geral dos contratos é de 5,6%.

No tocante ao cálculo do total do serviço a pagar até 2043, os vencimentos de curto prazo²⁷ representam 26,7%, e desse percentual, apenas 1,9% está exposto a taxas variáveis. Quanto aos vencimentos futuros, verifica-se que até 2024 o serviço a pagar apresenta crescimento. No exercício seguinte, 2025, o serviço entra em trajetória de queda, ressaltando uma queda de 30% no serviço fixo de 2028 para 2029 devido ao encerramento do Contrato de Assunção de Dívidas do BERJ. A partir de 2029, o serviço fixo passa a ser composto, basicamente, pelo Contrato de Refinanciamento da Lei nº 9.496/97.

O Gráfico 10 apresenta a relação entre o serviço a pagar, vinculado às taxas variáveis e fixas. Vale ressaltar que os custos variáveis, em média são de 15,8%, alcançando seu máximo no ano de 2030. O Gráfico 11 apresenta o serviço a pagar por natureza da operação. Verifica-se que, mesmo com a contratação de novas operações de crédito, interna

Tabela 39

COMPOSIÇÃO DO ESTOQUE POR FAIXAS DE TX de JUROS			
R\$ mil			
Prefixado			
Tx de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	853.445	0,96%	0,78%
2,1 - 4	148.207	0,17%	0,14%
4,1 - 6	77.880.678	87,79%	71,21%
acima de 6,1	9.833.238	11,08%	8,99%
Subtotal	88.715.568	100,00%	81,12%
Pósfixado			
Tx de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	9.443.343	45,72%	8,63%
2,1 - 4	1.895.691	9,18%	1,73%
4,1 - 6	9.315.136	45,10%	8,52%
Subtotal	20.654.170	100,00%	18,88%
Total	109.369.738		100,00%

Gráfico 10

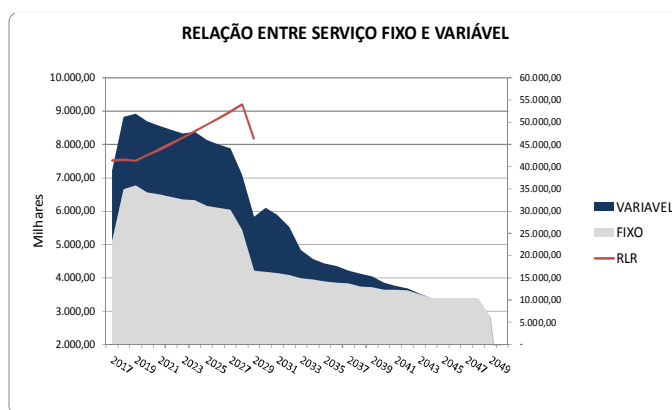
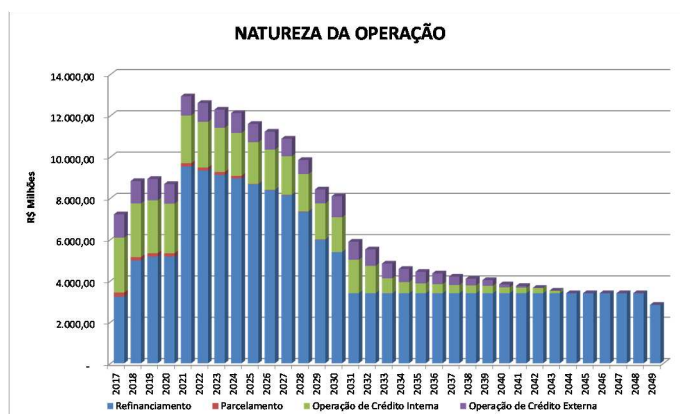


Gráfico 11



²⁶ A cotação do dólar (US\$) no dia 30 de abril de 2017 foi de 3,1984. Ou seja, 7,3% inferior a cotação do dia 30 de abril de 2016 que foi de 3,4508.

²⁷ Dívidas vencidas até o exercício seguinte.

e externa, ao longo dos anos, a União ainda é a maior credora do Estado.

Em relação ao prazo médio de amortização²⁸ e ao prazo médio de repactuação²⁹, estes atingiram 15,7 anos e 11,8 anos, respectivamente.

Análise de Sensibilidade Por Variável Chave

A análise de sensibilidade tem por objetivo mensurar as mudanças no serviço e estoque da dívida pública, dada uma oscilação em variáveis chaves, tais como taxas de câmbio e taxas de juros.

Tabela 40

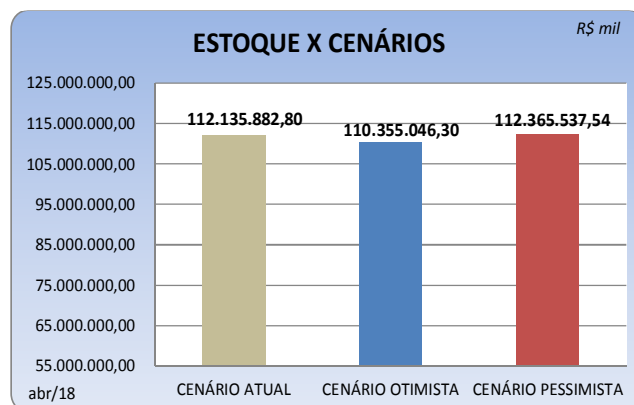
CENÁRIO ATUAL			CENÁRIO OTIMISTA			CENÁRIO PESSIMISTA		
R\$ mil			R\$ mil			R\$ mil		
Índices	%	ESTOQUE	Índices	%	ESTOQUE	Índices	%	ESTOQUE
IGP-DI	12,73%	14.269.548,70	IGP-DI	12,61%	13.920.163,57	IGP-DI	13,04%	14.652.451,98
CAM	56,26%	63.086.544,08	CAM	55,87%	61.655.092,71	CAM	56,01%	62.933.295,54
DÓLAR	19,61%	21.991.370,61	DÓLAR	19,93%	21.991.370,61	DÓLAR	19,57%	21.991.370,61
TR	0,92%	1.035.774,79	TR	0,94%	1.035.774,79	TR	0,92%	1.035.774,79
TJLP	5,99%	6.714.977,29	TJLP	6,08%	6.714.977,29	TJLP	5,98%	6.714.977,29
LIBRA	0,00%	5.095,28	LIBRA	0,00%	5.095,28	LIBRA	0,00%	5.095,28
IENE	0,05%	52.553,48	IENE	0,05%	52.553,48	IENE	0,05%	52.553,48
SELIC	1,97%	2.207.520,75	SELIC	2,00%	2.207.520,75	SELIC	1,96%	2.207.520,75
IPCA	2,28%	2.557.835,07	IPCA	2,32%	2.557.835,07	IPCA	2,28%	2.557.835,07
S/ CORREÇÃO	0,19%	214.662,76	S/ CORREÇÃO	0,19%	214.662,76	S/ CORREÇÃO	0,19%	214.662,76
TOTAL	100,00%	112.135.883	TOTAL	100,00%	110.355.046	TOTAL	100,00%	112.365.538

abr/18

Coefficiente de Atualização Monetária – CAM

A partir da série histórica de 3,5 anos do coeficiente de atualização divulgado pela STN³⁰ utilizando o cálculo de duas vezes o desvio padrão para se chegar a um intervalo de 95% de confiança, foram construídos os cenários otimista e pessimista com variação acumulada de 2,3%a.a. e 5,4%a.a., respectivamente. Considerando os possíveis cenários de variação da projeção do CAM, ocorre uma diferença na dívida

Gráfico 12



²⁸ Prazo médio de Amortização – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vencidas.

²⁹ Prazo médio de Repactuação de Taxas – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vencidas, considerando o prazo de repactuação das taxas flutuantes (pós-fixadas).

³⁰ A LC nº 148/2014, alterou o indexador do contrato de refinanciamento firmado no âmbito da Lei nº 9.496/97.

A partir de 1º de janeiro de 2013, deverão ser aplicados, juros debitados mensalmente à taxa nominal de 4% ao ano e atualização monetária calculada pelo IPCA limitados à taxa SELIC. Para fins da limitação será comparada mensalmente a variação acumulada do IPCA, acrescida de juros nominais de 4% ao ano, com a variação acumulada da taxa Selic. A Secretaria do Tesouro Nacional divulga, mensalmente, no sítio seu eletrônico, o coeficiente de atualização monetária – CAM.

atrelada a esse índice, em valores absolutos, entre o cenário otimista e pessimista de aproximadamente R\$ 1,3 bilhões, equivalente a 0,14% na participação total na dívida. Passando de 55,87% no cenário otimista para 56,01% no cenário pessimista.

IGP-DI

A partir da série histórica de 10 anos do IGP-DI, utilizando o cálculo de duas vezes o desvio padrão para se chegar a um intervalo de 95% de confiança, foram construídos os cenários otimista e pessimista com variação acumulada de -0,4%a.a. e 6,3%a.a., respectivamente. Considerando os possíveis cenários de variação da projeção do IGP-DI, ocorre uma diferença na dívida atrelada a esse índice, em valores absolutos, entre o cenário otimista e pessimista de aproximadamente R\$ 732,3 milhões, equivalente a 0,43% na participação total na dívida. Passando de 12,61% no cenário otimista para 13,04% no cenário pessimista.

Quando observada a composição total da dívida por índices, nota-se uma variação absoluta de R\$ 2,1 bilhões entre o cenário otimista e pessimista e, em valores relativos de 1,82%.

Moeda Estrangeira e Libor

Em relação ao dólar, verifica-se que no período de 12 meses, o estoque da dívida atrelado ao mesmo passou de R\$ 22,78 bilhões para 19,36 bilhões e de 22,2% para 19,4 %, no total da composição da dívida. Essa queda deu-se em função do menor volume de desembolso ocorrido no período referente as operações de crédito assinadas junto a organismos internacionais e ao sistema financeiro nacional, atreladas à moeda norte americana, e a valorização do real em frente ao dólar.

A Tabela 41 e a Tabela 42 demonstram o quanto variam o serviço e o estoque da dívida no período de 12 meses, em função de uma oscilação de dez pontos percentuais (10%), nas variáveis chaves e o quanto varia o serviço, no mesmo período, em função de uma oscilação de 1 ponto percentual na taxa libor.

Verifica-se, na Tabela 41, que a variação no serviço anual não apresenta alta sensibilidade à maioria das variáveis chaves no curto prazo. O impacto da oscilação de um ponto percentual (1%) na Libor

Tabela 41

Variável Chave	Variação	Serviço	R\$ mil
			%
MOEDA ESTRANGEIRA			
Dólar Americano	+10%	+283.005,94	+3,232
Yene Japonês	+10%	+7.731,49	+0,088
Libor	+1,0%	+262.365,28	+2,996

Tabela 42

Variável Chave	Variação	Estoque	R\$ mil
			%
MOEDA ESTRANGEIRA			
Dólar Americano	+10%	+2.138.379,81	+2,063
Yene Japonês	+10%	+4.881,18	+0,005

se reflete num acréscimo de R\$ 262,4 milhões ao serviço anual da dívida, ou seja, 3% do mesmo. Constata-se, portanto, que esse é o maior risco de curto prazo.

Analisando-se o estoque ao final dos próximos 12 meses, conforme Tabela 42, observa-se que um aumento de 10%, no dólar americano e no iene japonês, gera um aumento de no máximo 2,1 % e 0,01% em relação ao estoque vinculado a essas moedas, respectivamente.

Receita de Operações de Crédito

Foram liberados R\$ 25,30 milhões de receita oriunda de operações de crédito, nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril:

- R\$ 13,93 milhões destinados ao Programa de Inclusão Social e Geração de Oportunidades para Jovens Moradores de Áreas Pacificadas do RJ – INCLUSÃO I (recursos provenientes do BID);

- R\$ 11,38 milhões destinados ao Programa de Saneamento Ambiental dos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara - PSAM (recursos provenientes do BID);e

- R\$ 32,60 mil destinados ao Programa Nacional do Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR (recursos provenientes do BID).



Tabela 43

Cronograma de Liberações

Operações Contratadas, Autorizadas e em Tramitação na STN e no Senado Federal

Data: 30/04/2017

R\$ mil

	2017		2018/19
	Liberado (¹)	a Liberar (²)	a Liberar (²)
1. Operações de Crédito Contratadas	25.301	2.023.229	1.858.336
Operações contratadas com o Sistema Financeiro Nacional	-	368.608	572.907
1. SANEAMENTO PARA TODOS I - CAIXA	-	150.624	116.778
2. CONTRAPARTIDA PAC - CAIXA	-	3.367	16.673
3. VIALIGHT - CAIXA	-	-	259.067
4. PROGRAMA SANEAMENTO P TODOS II - CAIXA	-	151.057	180.388
5. PROCOI - CAIXA	-	63.561	-
Demais	25.301	1.654.621	1.285.429
6. PET II - BIRD	-	12.210	15.507
7. RIO RURAL I - BIRD	-	247	2.198
8. PRÓ-GESTÃO I - BIRD	-	19.943	640
9. PRODETUR - BID	33	47.668	176.764
10. PSAM - BID	11.338	512.918	607.504
11. PET II Adicional - BIRD	-	545.163	225.054
12. PROVIAS - CAF	-	174.506	-
13. ARCO METROPOLITANO	-	62.779	-
14. INCLUSÃO SOCIAL - BID	13.931	65.461	62.147
15. RIO RURAL ADICINAL FA - BIRD	-	181.012	92.452
16. PRÓ-GESTÃO II - BIRD	-	32.714	103.163
2. Operações de Crédito Autorizadas e em Tramitação	-	-	-
3. Operações de Crédito a Contratar Incluídas no PAF	-	-	-
Total	25.301	2.023.229	1.858.336

Fonte: SOC - Sistema de Operações de Crédito, 2016.

(1) Valores realizados em 2017, a preços correntes

(2) Contém o valor total a ser liberado das operações de crédito contratadas, a preços de ABR/2017



Tabela 44

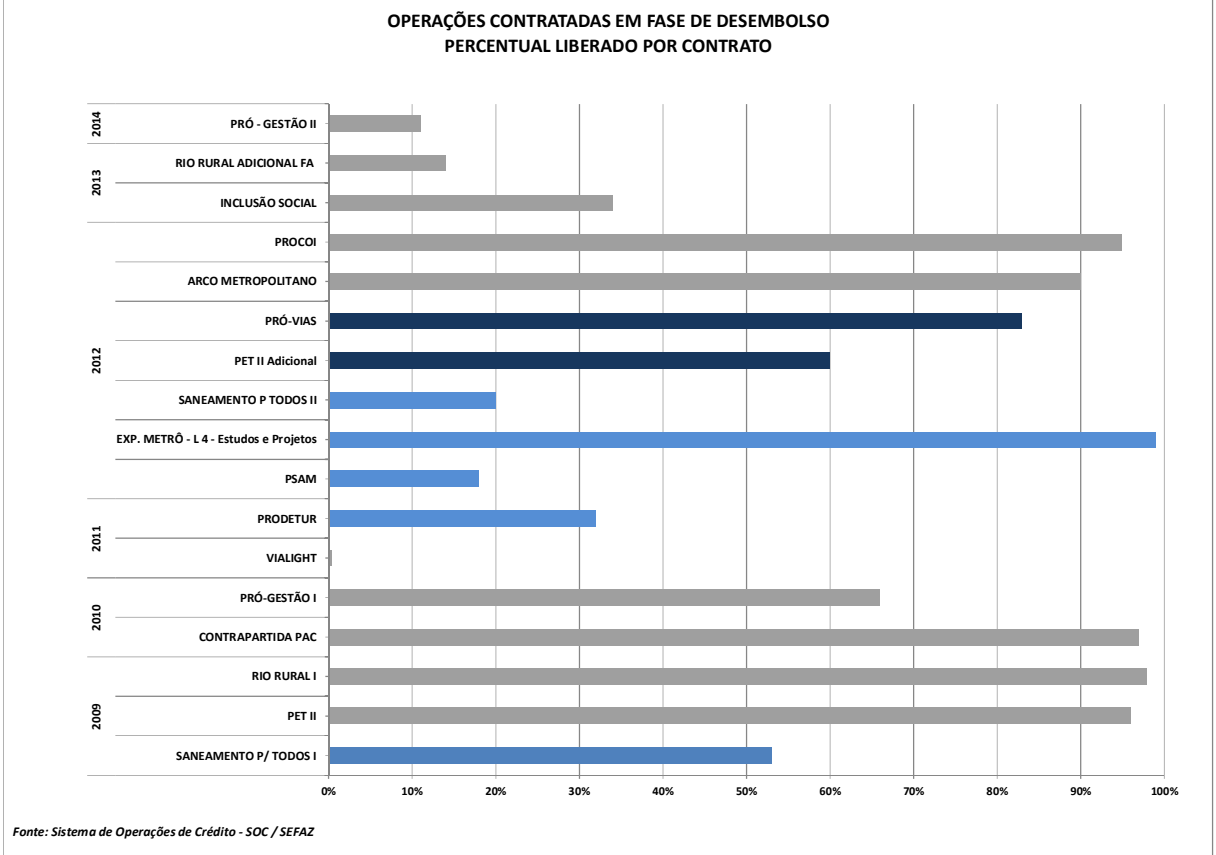
Liberações ocorridas dos Contratos em Fase de Desembolso

Data: 30.04.2016

DATA DA ASSINATURA	OPERAÇÃO	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	ORGÃO EXECUTOR	MOEDA CONTRATUAL	VALORES EM MOEDA CONTRATUAL		%	VALORES EM REAIS	
					CONTRATADO	LIBERADO		CONTRATADO	LIBERADO
2009									
07/07/2009	SANEAMENTO P/ TODOS I	CAIXA	CEDAE	REAL	558.000.000,00	293.723.606,04	53%	558.000.000,00	293.723.606,04
10/08/2009	DELEGACIA LEGAL	BNDES	SEOBRAS	URTJLP	79.530.718,1067	74.900.470,6226	94%	158.310.745,77	147.863.242,33
24/09/2009	PET II	BIRD	SETRANS	DÓLAR	211.700.000,00	202.779.668,74	96%	730.534.360,00	390.252.848,91
25/11/2009	EXP. METRÔ/GENERAL OSÓRIO	BNDES	RIO TRILHOS	URTJLP	17.202.587,2014	13.772.924,3494	80%	34.242.799,18	27.188.854,50
14/12/2009	RIO RURAL I	BIRD	SEAPEC	DÓLAR	39.500.000,00	37.901.248,19	96%	136.306.600,00	82.731.104,51
2010									
10/05/2010	PROFAZ	BID	SEFAZ	DÓLAR	19.759.050,00	15.124.600,12	77%	68.184.529,74	39.451.613,91
26/05/2010	PMAE II	BNDES	SEPLAG	URTJLP	5.056.532,6633	4.256.348,7751	84%	10.065.336,71	8.402.372,99
24/06/2010	CONTRAPARTIDA PAC	CAIXA	SEOBRAS	URTJLP	307.002.052,9005	296.848.677,73	97%	611.106.313,42	586.006.600,71
22/11/2010	PRÓ-GESTÃO I	BIRD	SEPLAG	DÓLAR	18.673.000,00	11.850.885,47	63%	64.436.788,40	30.293.383,65
2011									
28/06/2011	VIALIGHT	CAIXA	SEOBRAS	REAL	259.138.332,31	1.067.889,51	0%	259.138.332,31	1.067.889,51
08/08/2011	PRODETUR	BID	SEOBRAS	DÓLAR	112.000.000,00	35.729.736,66	32%	386.489.600,00	82.010.531,92
2012									
20/03/2012	PSAM	BID	SEA	DÓLAR	451.980.000,00	55.250.000,00	12%	1.559.692.584,00	147.137.175,00
12/06/2012	EXP. METRÔ - L 4 - Estudos e Projetos	BNDES	RIO TRILHOS	URTJLP	80.014.240,95	79.368.240,36	99%	159.273.227,48	156.682.298,62
22/06/2012	SANEAMENTO P TODOS II	CAIXA	CEDAE	REAL	415.372.248,98	83.927.573,26	20%	415.372.248,98	83.927.573,26
05/09/2012	PET II Adicional	BIRD	SETRANS	DÓLAR	600.000.000,00	350.261.442,73	58%	2.070.480.000,00	1.106.494.477,20
13/09/2012	PRÓ-VIAS	CAF	SEOBRAS	DÓLAR	319.675.000,00	265.114.581,62	83%	1.103.134.490,00	748.079.880,68
05/12/2012	ARCO METROPOLITANO	CAF	SEOBRAS	DÓLAR	200.000.000,00	180.371.777,63	90%	690.160.000,00	454.766.741,91
20/12/2012	PROCOI	CAIXA	SEOBRAS	REAL	1.199.871.427,00	1.136.310.761,55	95%	1.199.871.427,00	1.136.310.761,55
2013									
22/02/2013	INCLUSÃO SOCIAL	BID	SEELJE	DÓLAR	60.000.000,00	10.302.014,24	17%	207.048.000,00	31.839.908,64
19/08/2013	RIO RURAL ADICIONAL FA	BIRD	SEAPEC	DÓLAR	100.000.000,00	10.857.575,30	11%	345.080.000,00	31.820.048,80
2014									
30/04/2014	PRÓ - GESTÃO II	BIRD	SEOBRAS	DÓLAR	48.000.000,00	4.064.420,01	8%	165.638.400,00	11.102.757,93
2016									
26/02/2016	METRÔ - PRÓ-ML4 ADICIONAL II	BNDES	SEOBRAS	REAL	222.405.561,96	222.405.561,96	100%	222.405.561,96	222.405.561,96
26/02/2016	METRÔ - PRÓ-ML4 ADICIONAL II	BNDES	SEOBRAS	URTJLP	112.010.996,3240	112.010.996,3237	100%	222.405.561,96	222.659.979,52

Fonte: Sistema de Operações de Crédito - SOC / SEFAZ

Gráfico 13



VI.3 Acompanhamento Financeiro de Convênios³¹

O Estado do Rio de Janeiro encerrou o 1º quadrimestre de 2017 com 289 Convênios de Despesa e 191 Convênios de Receita vigentes³².

Entre os Convênios de Despesa, os mais importantes para o Estado são aqueles celebrados no âmbito do *Programa Somando Forças*³³. Na esfera dos Convênios de Receita, o *Programa de Aceleração do Crescimento Econômico – PAC*³⁴ engloba os investimentos de maior relevância.

Os Convênios de Despesa vigentes, abrangendo programas em infraestrutura, saúde, educação, esporte e lazer, encerram o 1º quadrimestre de 2017 com o montante total de R\$ 3.760,7 milhões².

Os Convênios de Receita vigentes, abrangendo programas em segurança, infraestrutura, saúde, educação, esporte e lazer, encerram o 1º quadrimestre com o montante total de R\$ 6.206,7 milhões².

³¹ Os dados utilizados nesta seção foram extraídos de relatórios do Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Rio de Janeiro - SIAFE-Rio.

³² Convênios de Receita são aqueles em que órgãos ou entidades da administração pública federal aportam receitas ao Estado. Convênios de Despesa são aqueles em que o Estado do Rio de Janeiro destina seus recursos à disposição das Prefeituras Municipais e/ou Entidades não Governamentais. Esta categoria é conhecida também como modalidade de transferência voluntária de recursos.

³³ Decreto nº 42.384, de 29 de março de 2010.

³⁴ Lei nº 11.578/2007 regula a transferência obrigatória de recursos financeiros federais para Estados, DF e Municípios, para execução das ações do PAC, cuja descentralização seja do interesse da União.

VI.4 Análise de Viabilidade Econômica de PPP's

O Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas – PROPAR, destinado a disciplinar e promover a realização de Parceria Público-Privada (PPP) no âmbito da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prossegue executando no primeiro quadrimestre de 2017 o Procedimento de Manifestação de Interesse para obtenção de estudos técnicos com vistas à consolidação e modelagem de 02 (dois) projetos:

- **PPP Saneamento:** Projeto destinado à prestação de serviços de saneamentos a regiões da Baixada Fluminense e Bacia do Rio Guandu, beneficiando uma população de 12 milhões de pessoas. O intuito é alcançar de forma progressiva a total despoluição da Baía de Guanabara. Os estudos técnicos estão sendo elaborados pela Empresa Brasileira de Projetos – EBP.
- **PPP Ilha Grande:** Projeto destinado à prestação de serviço de apoio à gestão, conservação e visitação pública das Unidades de Conservação³⁵, da Ilha Grande.

Os estudos técnicos em elaboração pela Empresa Cataratas do Iguaçu S/A, autorizada pelo Conselho Gestor do PROPAR, nos termos do Chamamento Público 001/2016, que forem aceitos total ou parcialmente para a estruturação do projeto da PPP da Ilha Grande, terão seus custos ressarcidos pelo vencedor da licitação da PPP, de acordo com seu aproveitamento na modelagem final do projeto. O ressarcimento dos projetos está limitado ao valor apresentado pelo autor do estudo.

Para a PPP Saneamento não é aceito valor que ultrapasse, em seu conjunto, o teto de R\$ 28.000.000,00 (vinte e oito milhões de reais) e para a PPP Ilha Grande, valor que ultrapasse R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais).

³⁵ À luz do art. 2º, I da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), uma Unidade de Conservação é um “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.”

Além dos projetos citados, outros de diversas áreas, como transporte, saúde, segurança pública e educação, estão em desenvolvimento na Secretaria Executiva do PROPAR em conjunto com a Unidade de PPP, exercida pela Agência de Fomento do Estado (AGERIO). Destacam-se os seguintes:

- **PPP Rio Imagem:** Projeto de Implantação, Operacionalização e Gestão de Serviços de Diagnóstico por Imagem do Programa Rio Imagem, apresentado pela Secretaria Estadual de Saúde, para a aquisição, instalação e manutenção de equipamentos de imagens fixos e móveis, atendendo a uma população de 16 milhões de habitantes de 92 municípios. A proposta preliminar foi elaborada pela International Finance Corporation – IFC, organismo multinacional vinculado ao Banco Mundial.
- **PPP Linha 3:** Projeto de mobilidade urbana, entre as cidades de Niterói e São Gonçalo, numa extensão de trajeto de 22 km, beneficiando cerca de 1,7 milhão de pessoas, o que equivale a cerca de 350 mil passageiros por dia, apresentado pela Secretaria Estadual de Transporte. Os estudos adquiridos anteriormente pelo Estado serão reavaliados.
- **PPP Cidadania Fiscal:** Projeto apresentado pela SEFAZ que visa estimular os agentes de mercado e contribuintes de imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação (ICMS) a cumprirem com seu dever de emissão da Nota Fiscal de Consumidor eletrônica (NFC-e).

Cumprindo ainda informar que permanece em análise nesta SEFAZ um projeto para fortalecimento e a modernização dos serviços de fiscalização tributária do Estado empreendidos em postos fiscais existentes em rodovias federais e estaduais, próximos às divisas estaduais com São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, e em pontos estratégicos da malha rodoviária fluminenses, que foi inicialmente modelado como uma PPP.

É importante salientar que a estruturação de uma PPP compreende uma série de procedimentos e estudos complexos que permitem verificar a viabilidade técnica, econômico-financeira e jurídica da concessão. De modo que, somente quando os projetos estiverem

com sua modelagem econômico-financeira estabelecida, será possível verificar se o mesmo agrega valor para a sociedade, considerando seus custos e benefícios.

Quanto à PPP Maracanã, Contrato Casa Civil nº 27/2013, cujo objeto compreende a concessão administrativa de serviços de gestão, operação e manutenção dos Estádios Maracanã e Maracanãzinho, cumulado com a realização de obras incidentais, este continua em processo de reequilíbrio econômico-financeiro.

O desequilíbrio econômico-financeiro do contrato foi reconhecido pelo instauração de arbitragem por não concordar com os termos propostos pelo Poder Concedente para restabelecimento do equilíbrio. O processo segue em andamento na Câmara FGV de Conciliação e Arbitragem³⁶, obedecendo às diretrizes previstas na Lei Federal nº 9.307, de 23 de setembro de 1996.

Ainda no âmbito da PPP Maracanã, após período em que o Maracanã e Maracanãzinho estiveram disponíveis ao Comitê Olímpico Internacional para fins de realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, foi determinada a retomada do contrato pela Concessionária Complexo Maracanã Entretenimento S.A., face à determinação judicial exarada no âmbito da ação ajuizada pelo Estado do Rio de Janeiro.

Além disso, em sessão plenária realizada em 07 de março deste ano, em análise do processo sobre o 1º Termo Aditivo ao Contrato de Parceria Público Privada n.º 27/2013, cujo objeto são as modificações das obras incidentais e encargos da concessionária na PPP, o Tribunal de Contas o estado do Rio de Janeiro determinou a **IMEDIATA REALIZAÇÃO DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL EXTRAORDINÁRIA MEDIANTE INSPEÇÃO**, a fim de que o corpo técnico daquele Tribunal, tivesse acesso aos registros contábeis e de fluxo financeiro das empresas envolvidas, para apurar e discriminar as receitas auferidas pela Concessionária no âmbito da PPP, e o possível dano ao patrimônio Público Estadual decorrente da

³⁶ “A Câmara FGV de Mediação e Arbitragem é presidida pelo Presidente da Fundação Getúlio Vargas, assistido, em suas funções, por dois Vice-Presidentes egressos do Conselho Diretor da Instituição. Completam a Direção da Câmara um Diretor Executivo, um Diretor Jurídico e o Presidente da Comissão de Arbitragem, tal como previsto no respectivo Regulamento. A função precípua da Câmara é a de administrar e monitorar os procedimentos da mediação e o arbitral, garantindo que todas as suas fases e prazos sejam cumpridos rigorosamente de acordo com os respectivos regramentos.”, informa a Fundação Getúlio Vargas.



inexecução contratual e do abandono da concessão e a respectiva responsabilidade.

Glossário

- **Receitas correntes**³⁷: são os ingressos de recursos financeiros oriundos das atividades operacionais que não decorrem de uma mutação patrimonial, ou seja, são receitas efetivas.

As receitas correntes são classificadas nos seguintes níveis de origem³⁸:

a) Receita Tributária: Arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria.

b) Receita de Contribuições: Contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas.

c) Receita Patrimonial: Rendimentos sobre investimentos do ativo permanente, de aplicações de disponibilidades em operações de mercado e outros rendimentos oriundos de renda de ativos permanentes.

d) Receita Agropecuária: Receita da atividade ou da exploração agropecuária de origem vegetal ou animal.

e) Receita Industrial: Receita da atividade industrial de extração mineral, de transformação, de construção e outras, definidas como atividades industriais, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

f) Receita de Serviços: Receita da prestação de serviços de transporte, saúde, comunicação, portuária, armazenagem, inspeção e fiscalização, judiciária, processamento de dados, vendas de mercadorias e produtos inerentes à atividade da entidade e outros serviços.

g) Transferência Corrente: Ingresso proveniente de outros entes ou entidades, referente a recursos pertencentes ao ente ou entidade recebedora ou ao ente ou entidade transferidora, efetivado mediante condições preestabelecidas ou mesmo sem qualquer exigência, desde que o objetivo seja a aplicação em despesas correntes.

³⁷ Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 24, 4ª Edição.

³⁸ Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 25, 4ª Edição.

h) Outras Receitas Correntes: Ingressos correntes provenientes de outras origens não classificáveis nas anteriores.

- **Receitas de capital**³⁹: são as entradas de recursos financeiros decorrentes de atividades operacionais ou não operacionais derivadas da obtenção de recursos mediante a constituição de dívidas, amortização de empréstimos e financiamentos ou alienação de componentes do ativo permanente.

De acordo com a Lei nº 4.320/64, as receitas de capital são classificadas nos seguintes níveis de origem⁴⁰:

a) Operações de Crédito: São os ingressos provenientes da colocação de títulos públicos ou da contratação de empréstimos e financiamentos obtidos junto a entidades estatais ou privadas.

b) Alienação de Bens: Valores oriundos da alienação de componentes do ativo permanente.

Amortização de Empréstimos: É o ingresso decorrente da amortização, ou seja, parcela referente ao recebimento de parcelas de empréstimos ou financiamentos concedidos em títulos ou contratos.

c) Transferência de Capital: É o ingresso resultante de outros entes ou entidades, referente a recursos pertencentes ao ente ou entidade recebedora ou ao ente ou entidade transferidora, efetivado mediante condições preestabelecidas ou mesmo sem qualquer exigência, desde que o objetivo seja a aplicação em despesas de capital.

d) Outras Receitas de Capital: São os ingressos de capital advindos de outras origens não classificáveis nas anteriores.

³⁹ Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 27, 4ª Edição.

